



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TASSILA OLIVEIRA RAMOS

O MEMORIAL DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA (IFBA):
SISTEMA EM DEFINIÇÃO

SALVADOR

2022

TASSILA OLIVEIRA RAMOS

**O MEMORIAL DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA (IFBA):
SISTEMA EM DEFINIÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação e Memória

Linha de pesquisa: Políticas e Tecnologias da Informação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zeny Duarte de Miranda.

SALVADOR

2022

MEC UFBA Instituto de Ciência da Informação Biblioteca

R175

Ramos, Tassila Oliveira

O Memorial do Instituto Federal da Bahia (IFBA): Sistema em definição./
Tassila Oliveira Ramos. - Salvador, 2022.

94fls. il. apêndice

Orientadora: Zeny Duarte de Miranda

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Universidade Federal da
Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, 2022.

1. Memorial Institucional 2. Memorial – conceito 3. Memorial - Instituto
Federal da Bahia. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Infor-
mação. II. Título.

CDU: 930.25


TASSILA OLIVEIRA RAMOS

**O MEMORIAL DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA (IFBA):
SISTEMA EM DEFINIÇÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito para obtenção de grau de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: 18/07/2022


Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 ZENY DUARTE DE MIRANDA
Data: 20/07/2022 10:23:09-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profª. Dra. Zeny Duarte de Miranda - Orientadora – UFBA

Rosale de mattos Souza

Profª. Dra. Rosale de Mattos Souza- Membro Externo Titular – UNIRIO

Documento assinado digitalmente
 BARBARA COELHO NEVES
Data: 20/07/2022 22:41:08-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profª. Dra. Bárbara Coelho Neves - Membro Interno Titular – UFBA

Dedico este trabalho à minha mãe, Moema Correia de Oliveira (In Memoriam), que sempre foi uma grande inspiração de força para enfrentar as adversidades e não mediu esforços para priorizar a educação dos seus filhos.

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas que colaboraram comigo para chegar até aqui e realizar este trabalho, com incentivos, sugestões, críticas, apoio moral, compartilhando angústias e alegrias. Todas foram muito importantes nesse percurso e a elas sou muito grata por cada participação.

Em primeiro lugar agradeço a minha orientadora, Professora Zeny Duarte de Miranda, pelo seu acolhimento quando precisei, pela sua orientação competente, pelo incentivo e clareza nos momentos em que a pesquisa parecia sem rumo, e acima de tudo, pela confiança.

Ao professor José Cláudio Alves de Oliveira, meu primeiro orientador, pela sua valiosa contribuição para o meu desenvolvimento como pesquisadora. Seu conhecimento e ensinamentos sobre Luhmann foram fundamentais para minha compreensão e evolução no tema em estudo.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, pela competência profissional e pela ótima convivência nesses anos de estudo.

Às professoras que participaram da minha banca de qualificação, Rosale de Mattos Souza e Bárbara Coelho Neves, pelas observações criteriosas, as quais me possibilitaram avançar na pesquisa.

Ao Instituto Federal da Bahia (IFBA), instituição que me acolheu por redistribuição e possibilitou este estudo, através da liberação parcial para cursar as disciplinas.

À minha família, que sempre torce por mim e compreende minhas ausências; aos meus pais, Moema Correia de Oliveira (*IM*) e Ivo Moraes Ramos, que me deram a vida, que me deram a base para o que sou hoje, priorizando sempre a minha educação; faço um agradecimento especial, a meu sobrinho Kauã, para o qual titia não foi tão presente nestes últimos anos, e aos meus afilhados, Laura e João Euler, prometo recuperar essa ausência.

Ao meu esposo, Raony Freire Passos, a pessoa que mais vivenciou de perto minhas angústias nesse percurso, mas com paciência e compreensão foi meu apoio constante, minha fonte de forças para que eu não desistisse.

Aos meus amigos e amigas, que compreenderam meu momento, que souberem lidar com minhas angústias e respeitaram muitas vezes o meu silêncio.

Aos amigos e colegas de profissão, Eduardo Luiz dos Santos e Samir Elias Kalil Lion, que compartilharam conhecimentos, incentivos e que estiveram comigo desde o início no preparo para seleção até o final desta pesquisa.

Aos novos colegas que conquistei durante esta trajetória, com os quais pude compartilhar angústias e também alegrias: à Ana Cristina Brandão Costa, que me apresentou o poema de Gregório de Matos em uma discussão em sala de aula, o qual se encaixou no meu trabalho; à Normaci Correia dos Santos Sena, que sempre tinha um sorriso acolhedor que tornava os dias difíceis mais agradáveis; ao Daniel de Almeida Lima (*In memoriam*), que nos deixou precocemente e cuja humildade de compartilhar conhecimento e dividir comigo uma resenha com maestria jamais será esquecida; ao Ricardo Veloso Fontoura, um parceiro nos diversos trabalhos acadêmicos, seu profissionalismo e compromisso são admiráveis.

Além dos novos colegas, ganhei amigos para a vida, parceiros acadêmicos e profissionais.

Agradeço também à Silvana Pereira da Silva, minha “autopoiese” como carinhosamente nos apelidamos, seu comprometimento e qualidade no que faz é contagiante; e ao Herbet Menezes Dórea Filho, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo período em que me dediquei a este trabalho.

Gratidão!

*“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.”
(LE GOFF, 2013)*

RESUMO

O estudo visa apresentar reflexões sobre a necessidade de existirem critérios teóricos e metodológicos para a implementação de memorial com base em uma instituição híbrida, ou seja, composta por documentação arquivística, bibliográfica e museológica, sem, no entanto, ser compreendida em um mesmo plano de conhecimento e técnica. Assim sendo, inquieta a forma como se criam espaços de memória com denominações de “memorial” que realizam práticas de instituições similares de memória, como se não houvesse diferença, levando por vezes a critérios metodológicos similares, sem distinções entre eles. De acordo com a revisão de literatura e a pesquisa exploratória sobre os conceitos de memória e “lugares de memória”, as instituições voltadas para lidar com questões relacionadas ao registro, armazenamento e preservação de documentos e artefatos são chamadas de “lugares de memória” ou “instituições de memória”, que incluem arquivos, bibliotecas, museus e outros locais de registros documentais, considerando esses conceitos como espaços onde a memória encontra abrigo. Nesse contexto, com o avanço dos campos da Ciência da Informação e da Tecnologia da Informação e Comunicação, as instituições reúnem documentação de natureza, gênero, formato, espécie e tipologia variados para compor acervos de maior abrangência. Em meio a essas transformações, surge o centro de documentação, entre outras instituições, como o centro cultural, o centro de memória, casas museus e similares e o memorial, muitas vezes compreendidos sem distinção entre si. Esse fato leva a discussões complexas e altamente polêmicas, particularmente diante da amplitude conceitual do que se entende por memorial. Portanto, a metodologia empírica deste estudo consiste em um estudo de caso do Memorial do Instituto Federal da Bahia (IFBA). Para esta pesquisa, as metodologias quantitativa e qualitativa foram realizadas por meio de consulta ao Cadastro Nacional de Museus do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) e o Cadastro do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). Os resultados obtidos destacam os elementos conceituais e constitutivos de um memorial enquanto instituição e, ao mesmo tempo, como ele pode ser impulsionador de ações informacionais para os usuários internos, externos e para a sociedade em geral, a partir de fontes oriundas de “lugares de memória”.

Palavras-chave: Memória. Memorial. Memória institucional. Instituto Federal da Bahia - IFBA.

ABSTRACT

The purpose of this study is to reflect on the need for theoretical and methodological criteria for the realization of a memorial based on a hybrid institution, that is, composed of archival, bibliographic, and museological documentation, without being understood on the same level of knowledge and technique. It is disturbing to see how spaces of memory are called "memorial". They carry out the practices of similar memory institutions as if there were no differences, and sometimes leading to similar methodological criteria without distinguishing between them. According to the literature review and exploratory research on the concepts of memory and "places of memory", institutions that focus on issues related to the recording, storage, and preservation of documents and artifacts are called "places of memory" or "memory institutions". These include archives, libraries, museums, and other places of documentary record, considering these concepts as spaces where memory finds shelter. In this context, with the advancement of Information Science and Information and Communication Technology, institutions collect documents of different natures, genres, formats, species, and typologies to compose collections of greater scope. Amid these transformations, the documentation center emerges, among other institutions such as the cultural center, the memory center, houses museums and similar, and the memorial, often understood without distinction between them. This fact is the source of complex and highly controversial discussions, especially considering the conceptual breadth of what is meant by a memorial. Therefore, the empirical methodology of this study consists of a case study of the Memorial of the Instituto Federal da Bahia (IFBA). This research carried out quantitative and qualitative methodologies by consulting the Cadastro Nacional de Museus do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), the Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) and the Cadastro do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). The results obtained highlight the conceptual and constitutive elements of a memorial as an institution and, at the same time, how it can be a driver of informational actions for internal and external users and for society in general, based on sources from "places of memory".

Keywords: Memory. Memorial. Institutional memory. Instituto Federal da Bahia - IFBA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Memorial como sistema e seus subsistemas	48
Figura 2 – Solenidade de abertura do 3º Arquifes, 2015	61
Figura 3 – Solenidade de abertura do 4º Arquifes, 2017	62
Figura 4 – O edifício após a execução da primeira proposta de ampliação	64
Figura 5 – O edifício, 1918.....	65
Figura 6 – A varanda lateral já existia, em 1927	65
Figura 7 – Vista aérea do complexo onde funciona a Reitoria do IFBA, 2012.....	66
Figura 8 – Vista fachada do complexo onde funciona a Reitoria do IFBA, em 2017.....	67
Figura 9 – Exposição temporária - A fotografia como suporte à memória na Reitoria do IFBA, 2015	72
Figura 10 – Exposição itinerante A fotografia como suporte à memória no Campus Camaçari, 2016	72
Figura 11 – Exposição itinerante A fotografia como suporte à memória na 74º Reunião Ordinária do Conif, no foyer do Hotel Golden Tulip em Salvador-BA, 2017	73
Figura 12 – Projeto em 3D de Exposição de Longa Duração no corredor da Reitoria, 2016 ..	74
Figura 13 – Projeto em 3D de Exposição de Longa Duração na área da escada da Reitoria, 2016	75
Figura 14 – Original do Projeto em 3D de Exposição de Longa Duração em sala da Reitoria, 2016	75
Figura 15 – Readequação do Projeto em 3D de Exposição de Longa Duração em sala da Reitoria, 2016. Acervo: IFBA Original do Projeto em 3D de Exposição de Longa Duração em sala da Reitoria, 2018.....	76
Figura 16 – Exposição Esportes no IFBA: dos arquivos para a história, 2017	77
Figura 17 – Exposição Esportes no IFBA: dos arquivos para a história, 2017	77
Figura 18 – Inauguração da Galeria de Dirigentes na Reitoria do IFBA, jul./2018.....	78
Figura 19 – Lançamento da publicação Memórias, Educação e Produção do Conhecimento no Instituto Federal da Bahia no Fórum Social Mundial, realizado em Salvador-BA, campus de Ondina da UFBA, 2018	79
Figura 20 – Exposição Uniformes em comemoração aos 110 anos da Rede Federal Educação Profissional e Tecnológica, 2019	80
Figura 21 – Visita Técnica – Estudantes de Arquivologia da UFBA, 2018.....	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Memoriais no Cadastro Nacional de Museus	32
Gráfico 2 – Memoriais no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos.....	32
Gráfico 3 – Memoriais no Cadastro Nacional de Bibliotecas.	33

LISTA DE SIGLAS

CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
CI	Ciência da Informação
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CNJ	Conselho Nacional De Justiça
CONSUP	Conselho Superior
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICMEMO	Comitê Internacional de Museus Memoriais
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
JK	Juscelino Kubitschek
MDAs	Massas Documentais Acumuladas
MEC	Ministério da Educação
MI	Memória Institucional
MIT	Multi, Inter e Transdisciplinar
MO	Memória Organizacional
SIB	Sistema de Bibliotecas
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
PRODIN	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Infraestrutura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	MEMÓRIA: ARGUMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS.....	18
2.1	LUGARES DE MEMÓRIA.....	22
3	MEMORIAL INSTITUCIONAL: HISTÓRIA E CONCEITOS	27
3.1	REALIDADES DE MEMORIAIS NO BRASIL	31
4	ARQUIVO, BIBLIOTECA E MUSEU	41
4.1	O INTER-RELACIONAMENTO ENTRE DOCUMENTOS DE ARQUIVO, BIBLIOTECA E MUSEU NO MEMORIAL	45
4.2	DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE AS INSTITUIÇÕES MEMORIAL, ARQUIVO, BIBLIOTECA E MUSEU.....	52
5	PERCURSO METODOLÓGICO	55
6	O MEMORIAL DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA (IFBA).....	58
6.1	O EDIFÍCIO.....	63
6.2	CARACTERÍSTICAS E AÇÕES.....	68
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
	REFERÊNCIAS	88
	APÊNDICE – ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO MEMORIAL DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA (IFBA)	93

1 INTRODUÇÃO

Em minhas recentes experiências profissionais no campo arquivístico das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), tenho me preocupado com a forma como são criados espaços de memória com a designação de “memorial”, que realizam práticas semelhantes a outras instituições de memória, como se não existissem diferenças, levando por vezes a critérios metodológicos no mesmo plano de conhecimento e técnica, sem distinções entre eles.

Essas preocupações, levantaram questões como: qual o conceito de memorial? Tendo como variáveis do problema as seguintes indagações: É um tipo de museu? É um arquivo permanente com nome diferente? É um novo espaço de memória? Essas indagações foram ampliadas ainda mais quando fui convidada profissionalmente em 2014, para liderar a implementação de um memorial no Instituto Federal da Bahia (IFBA). Portanto, esse processo de implementação exigiu abordar essas questões para se tentar compreender as características, objetivos e serviços de um espaço de memória ou “lugar de memória” denominado memorial.

Para evitar o esquecimento e garantir a preservação da memória, consagram-se “instituições-memória” expressão usada por Le Goff (2013) para designar instituições como arquivo, biblioteca e museu, ou “lugares de memória”, expressão consagrada por Nora (1993), como papel de guardião dos registros e, conseqüentemente, da memória, e para isso são necessários diversos mecanismos de tratamento técnico de organização, sistema de recuperação da informação, preservação e difusão, aproximando assim a memória das tais “instituições-memória” ou dos “lugares de memória”.

Para Nora (1993, p. 7), “fala-se tanto em memória, porque ela não existe mais”, isto é, não há memória espontânea, e daí nascem os “lugares de memória”, a exemplo dos arquivos, bibliotecas, museus etc., incluindo o memorial, objeto deste estudo. Para Axt (2012, p. 65), “[...] os memoriais são, assim, na acepção de Pierre Nora, lugares de memória, ou seja, espaços que brotam para bloquear a ação do esquecimento, fixando um conceito, imortalizando o que pereceu, corporificando o imaterial.”

Verifica-se na atualidade que têm sido discutidos modelos teóricos conceituais de interseção entre lugares tradicionais de memória, como arquivos, bibliotecas e museus, pois “havia uma separação, entre o bem cultural, o bem informacional e o bem documental” (DODEBEI, 2011, p. 2). Assim, deixava-se a cultura para os museus, a informação para a biblioteca e os documentos administrativos para os arquivos. Mas, quando começaram a surgir novos ambientes com outras representatividades informacionais a exemplo do memorial, sucedem os denominados “lugares de memória”, de patrimônio, ou seja, “[...] um pouco

museus, um pouco arquivos, um pouco bibliotecas, um pouco espaços de lazer e encontros presenciais [...]” (DODEBEI, 2011, p. 2).

Esses lugares têm na sua essência o rompimento do paradigma custodial para o pós-custodial, expressão utilizada pelos canadenses nos anos 1980 e 1990, reiterada por alguns teóricos portugueses, mas a expressão foi substituída no século XXI por pós-moderna, através do uso das informações para as mais diversas finalidades oriundas de fontes arquivísticas, bibliográficas ou museológicas e até mesmo experienciais. Atualmente, passou a fazer parte das instituições um espaço integrador, híbrido, onde prevalece à informação dita de memória, independentemente da sua origem, suporte e gênero documental, sejam de arquivo, de biblioteca e de museu.

A demanda por espaços de memória integradores e híbridos começou a surgir na sociedade, e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), não foi diferente. Em 2013, foi instituída a Coordenação de Memória Institucional, que inclui um Memorial, campo empírico desta pesquisa. O recorte referente ao Memorial do IFBA, objeto desta pesquisa, justifica-se por ser meu campo de atuação profissional, uma vez que estou gestora deste objeto desde o ano de 2014.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), criado no dia 29 de dezembro de 2008, quando sancionada a Lei nº 11.892, responsável por instituir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e transformou o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET) em Instituto Federal da Bahia (IFBA), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), e membro do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), possui natureza jurídica de autarquia, detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (BRASIL, 2008).

A base do ensino técnico profissional, contudo, já estava bem fincada há muito mais tempo, desde 1909, ano em que o presidente Nilo Peçanha ergueu, em apenas três meses, as primeiras 19 escolas de Aprendizes Artífices, que revolucionariam a educação de um país.

A Escola de Aprendizes e Artífices da Bahia se transformou no Liceu Industrial de Salvador por determinação da Lei 378/1937. O Decreto-Lei nº. 4.127/1942 instituiu as bases para o estabelecimento do ensino industrial, que foi constituído por escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem. A partir desta data, o Liceu passou a se chamar Escola Técnica de Salvador.

Após vinte e três anos de funcionamento, por meio da Lei nº 4.759/1965, as escolas profissionalizantes passam a ser federais, incorporando na sua denominação a sigla do seu

respectivo estado. A Escola Técnica de Salvador passa, então, a se chamar Escola Técnica Federal da Bahia. Em 1993, ocorreu mais uma mudança na nomenclatura e estrutura da instituição com a Lei nº 8.711 “criou o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET, transformando a Escola Técnica em CEFET após a incorporação do Centro de Educação Tecnológica da Bahia – CENTEC” (LESSA, 2002, p. 66). A partir de 2008, através da Lei nº. 11.892, os antigos CEFETs, as Escolas Agrotécnicas e as Escolas Técnicas passam a compor a Rede Federal de Ensino Profissional, passando a condição de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

Esse legado trouxe preocupações isoladas com a memória da instituição, através de servidores que registravam e guardavam documentos, visto que a instituição não tinha políticas de memória. E como muitas outras instituições, pensando em memória, nos marcos comemorativos, no ano do seu centenário, em 2009, reativou o Núcleo de Memória, criado no ano de 2002. O núcleo deu início a ações de “resgate” desse passado através de campanha de doação de documentos, objetos, coletas de entrevistas, elaboração de um livro de memórias e um grande evento de comemoração dos 100 anos. Ações essas de colecionismo, tal como em museus e bibliotecas, já que nos arquivos a ação é por acumulação (natural) e recolhimento aos arquivos permanentes e para armazenar este acervo e continuar com as atividades, em 2013 foi criada a Coordenação de Memória Institucional, a qual possui um Memorial.

Segundo Barcellos (1999, p. 1), “existe um ponto frágil: a clara inexistência de uma definição mais consistente de **memorial** como instituição”. Este se tornou nosso problema de pesquisa. Portanto, a questão de partida desta pesquisa é: Qual o conceito de memorial enquanto instituição? Como variável do problema, a falta de critérios teóricos e metodológicos, a escassez de estudos sobre o tema e os limitados debates sobre o assunto dificultam a caracterização de um memorial.

Uma fundamentação teórica do conceito de memorial poderá alterar as práticas de determinadas instituições que se autodenominam memorial e realizam práticas de instituições similares tradicionalmente existentes, aspecto que justifica esta pesquisa. A fundamentação teórica fornece uma base conceitual sólida para entender o propósito e a importância de um memorial. Ao estudar os conceitos e metodologias relacionadas aos memoriais, é possível compreender por que e como eles serão usados na preservação da memória coletiva, na documentação histórica e na difusão das informações às futuras gerações.

No Brasil, não encontramos muitas referências, poucas pesquisas realizadas a respeito de memoriais, de modo geral frustramos o resultado. Quase nada há a respeito, o que existe, em sua maioria, são relatos sobre a criação de centros de memória e funcionamento de redes de

memórias; sobre memorial são mais escassos. Os trabalhos de maior abrangência que utilizamos como referências sobre memorial são os estudos dos pesquisadores Jorge Barcellos, Gunter Axt, Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes, Gina Esther Issberner e Paul Williams.

Portanto, a experiência à frente de um memorial, pude perceber que ele é um sistema diferente dos sistemas tradicionais, o arquivo, a biblioteca e o museu, ele é uma mistura desses sistemas, que necessita de critérios teóricos e metodológicos como os sistemas tradicionais e complementos de demais sistemas norteadores, sendo assim, pesquisei muitos memoriais para compreender como se davam essas realidades no Brasil para entender o que é um memorial e entregar uma melhor proposta a instituição que sirvo. Não sendo suficiente, realizar esta pesquisa foi a solução para responder alguns questionamentos cientificamente, nortear os trabalhos dentro do Memorial do IFBA, progredir funcionalmente e contribuir com o campo da Ciência da Informação.

Assim, o objetivo principal desta pesquisa, é compreender os aspectos conceituais de um memorial enquanto instituição, bem como suas características, objetivos e serviços, por meio do estudo de caso do Memorial do Instituto Federal da Bahia (IFBA). Os objetivos específicos são:

- Identificar definições e conceitos sobre memorial;
- Traçar o inter-relacionamento de documentos de arquivo, biblioteca e museu no memorial;
- Acompanhar o processo de implementação do Memorial do IFBA, além dos seus objetivos, os tipos de documentos custodiados e as atividades desenvolvidas.

Para atingir os objetivos supracitados, na segunda seção há reflexões teóricas e conceituais deste trabalho, apresentando argumentos sobre memória e os “lugares de memória”. Na terceira seção, apresento o memorial institucional, descrevendo a história e os conceitos. Na quarta seção, uma revisão bibliográfica do que vem a ser arquivo, biblioteca e museu para traçar como se dá o inter-relacionamento de documentos de arquivo, biblioteca e museu no memorial. Na quinta seção, apresento o percurso metodológico para atingir os objetivos propostos, e em seguida, na sexta seção, descrevo o campo empírico desta pesquisa, bem como os resultados. As considerações finais sobre a pesquisa realizada são feitas na sétima seção, com base nos argumentos teóricos e conceituais, e nos resultados apresentados.

2 MEMÓRIA: ARGUMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

A limitação da memória levou o homem a buscar artifícios para evitar o esquecimento e desde muito cedo ele recorreu à materialização da memória e das informações através dos registros documentais. Essa materialização permitirá a transmissão dos rituais da memória e suas tradições. Existem as memórias orais em sociedades ditas “selvagens” e as memórias escritas em sociedades ditas “civilizadas”.

Para o senso comum, a memória está ligada ao passado, à lembrança, mas existem variadas definições de “memória” que podem ser apresentadas por diversas áreas do conhecimento através de conteúdos mais condensados que outros, dependendo da temática e da ciência ou da disciplina a que está relacionada. Apresentaremos diversos conceitos de memória, sem a pretensão de esgotar essa análise por não ser o objetivo deste estudo.

Na Grécia antiga, segundo Le Goff (2013, p. 400), os gregos “[...] fizeram da memória uma deusa, Mnemosine. É a mãe das nove musas, que ela procriou no decurso de nove noites passadas com Zeus.” Por muito tempo, durante a Antiguidade, a memória foi considerada algo superior, religioso, que elevava os mortais ao mundo das divindades. A divinização da memória é, sem dúvida, notável e explica as técnicas de rememoração praticadas, além da importância que se dá à memória.

Ao recorrer a um dicionário de língua portuguesa, entende-se que memória é a “[...] função geral de conservação da experiência anterior, que se manifesta por hábitos ou por lembranças; tomada de consciência do passado como tal; lembrança, monumento comemorativo; recordação [...]” (COSTA; MELO *apud* RIBEIRO, 2017, p. 111). Esses significados são usados em diferentes áreas do conhecimento, na Arquitetura, na Literatura, na Neurociência, na Psicologia, na História, na Computação e na Ciência da Informação.

Na Arquitetura, a memória é associada ao monumento comemorativo ou monumento funerário, assim como o primeiro dos documentos de qualquer projeto de construção, recebendo o nome de “memória descritiva”, conforme afirma Ribeiro (2017). Na Psicologia, Psiquiatria e Neurociências, “a memória é entendida como a faculdade do cérebro que permite conservar e reproduzir conhecimentos anteriormente adquiridos” (RIBEIRO, 2017). “Nos Estudos Literários, o termo é predominantemente usado no plural (memórias) e diz respeito a um escrito narrativo que compila fatos vividos pelo respectivo autor” (RIBEIRO, 2017, p. 112).

Para a História, toma-se novamente como referência os pensamentos do teórico Le Goff (2013), que define memória como a propriedade de conservar, manejar e monumentalizar certas informações; a memória seria um elemento essencial de uma identidade individual.

A memória como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 2013, p. 387).

Além de fenômeno individual, como explica a História e as ciências cognitivas, a memória passa a ser analisada como fenômeno social, produto das relações sociais estabelecidas pelos homens. Esse tema foi tratado na Sociologia pelo estudioso francês Maurice Halbwachs na obra *A memória coletiva*. Halbwachs (2003), desenvolvendo o conceito de memória coletiva, considera a memória prioritariamente como fenômeno social.

Halbwachs (2003) reconhece a memória individual, porém diz que ela contém aspectos de memória coletiva relativamente ao grupo ao qual o indivíduo pertence. Ele diz que as lembranças de um indivíduo não são só suas, pois são lembradas por outros e que nossas lembranças permanecem coletivas, pois sempre partem de um ponto de vista de uma pessoa ao nosso redor ou de um grupo do qual se faz parte. “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2003, p. 30).

[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. (HALBWACHS, 2003, p. 69).

Complementando esta discussão, Grimaldi, Rosa, Loureiro e Oliveira (2019), em uma pesquisa intitulada “*O patrimônio digital e as memórias líquidas no espetáculo do Instagram*”, compreendem que a cultura é insumo da memória, pois a memória depende da cultura na qual se está inserida, corroborando a dimensão social da memória:

Assumida nessa pesquisa como insumo da memória, a cultura exerce papel essencial e fundamental em estudos memorialísticos e patrimoniais. Compreendemos assim a cultura como sistema simbólico que permeia as atribuições de valores de todos os segmentos sociais na qual o homem se insere e modifica o espaço, influenciando de forma direta na memória e a preservação ou disseminação de seu patrimônio, inclusive na era digital, por meio de uma cibercultura (GRIMALDI; *et al.*, 2019, p. 54).

Portanto, a memória individual se constrói coletivamente e em grupos que nos representam, nos contextos sociais em que vivemos por isso dizer que os “lugares de memória” são naturalmente “lugares de memória” é equívoco, eles são lugares de uma memória representada em contextos políticos, sociais e culturais de determinada época e sociedade.

Isso faz com que Memória e História não sejam sinônimas, o processo de construção histórica é analítico e crítico, com uma metodologia científica, como muito bem abordado por Nora:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações [...] A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. (NORA, 1993, p. 9).

Memória e história são diferentes, somos todos formadores de memória, pois memória é vida, é ação, sempre está no presente e depende do contexto de alguém ou de algum grupo, ou seja, memória é seletiva, não se lembra e nem se registra tudo, é uma seleção mediante critérios políticos, sociais e culturais. Memória é dialética, movimento contínuo. História é uma reconstrução crítica, uma representação do passado o qual não existe mais.

A história já foi bem mais valorizada do que a memória, devido à memória ser considerada fugaz. Porém, sem memória não tem história, não tem vida, pois as pessoas e instituições são formadas de memória, conforme trazem Toutain, Barbosa e Varela citando Lowenthal (1998):

A informação é inevitavelmente um registro do conhecimento que vem do passado. Um conhecimento que já se tornou histórico, muito antes de ser transformado e disseminado pelo sistema. Segundo Lowenthal (1998, p. 98), o ponto mais importante do cruzamento da memória coletiva com a história é que a memória faz a história. (TOUTAIN; BARBOSA; VARELA, 2011, p.12).

As referidas autoras ao abordarem que a informação é um registro de conhecimento que vem do passado, ressaltam também a relação de memória e informação, ambos objetos de estudo da Ciência da Informação. Informação e memória são termos polissêmicos de múltiplos conceitos, relacionados com diversas áreas de conhecimento.

Na CI, segundo Azevedo Netto e Dodebei (2017), a introdução do conceito de memória é uma apropriação relativamente recente. Atualmente, a CI começa a incluir no seu arcabouço teórico e metodológico os estudos culturais que dão sustentação às investigações sobre a memória.

A Ciência da Informação que se ocupava apenas com documentos científicos passa a ter um interesse nos objetos produzidos no cotidiano das relações sociais: cartas, fotografias, filmes, esculturas religiosas, objetos *ex-votos*, tanto como peças únicas (memória individual), quanto na forma de coletâneas institucionalizadas (memória coletiva), o que vai implicar em estudar não mais e apenas o que acontece no âmbito

da informação científica, mas também nos mais variados contextos culturais de produção. (AZEVEDO NETTO; DODEBEI, 2017, p. 55).

Por exemplo, mesmo de forma tímida, existe um crescimento em pesquisas sobre os arquivos pessoais na CI e, especificamente, sobre intelectuais conforme apontam Duarte *et al.*, (2019), no livro intitulado *O Arquivo Pessoal de Godofredo Filho na Ótica Digital: Composição da memória através do conjunto documental*, quando apresentam a importância desse tipo de acervo para a memória:

Com essa releitura sobre o Godofredo Filho, pode se reviver o passado, dessa forma atuamos com a memória e, aos envolvidos com esse resgate, competem guardar e cuidar de uma parte do passado, pois, sabe-se que não tem como manipular o tempo, contudo, se pode e deve conviver com ele, é possível imaginar e testemunhar por meio dos diversos documentos, ilustradas por objetos e relatadas em obras e imagens. Outro fato a ressaltar é que a memória corre riscos, por conta da sua vulnerabilidade devido ao seu perfil e seletividade, onde a memória implica deve estar atenta às ações políticas no momento de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir alguma informação registrada. (DUARTE *et al.*, 2019, p. 66).

Nesse sentido, esse tipo de acervo pode representar a compreensão da sociedade moderna, ou seja, são fontes da memória e da história, as quais por muitas vezes podem estar ocultas, desordenadas e fragmentadas na sociedade, como foi o caso do estudo do acervo do intelectual Godofredo Filho, que revelou a memória do titular e da sua época para as próximas gerações, podendo destacar-se muito mais em amplitude de saberes.

Nesse prisma, Zeny Duarte costuma dizer que, adentrar nas memórias “godofredianas” possibilitou sua compreensão sobre vida, obra, pensamento, produções intelectuais, artísticas e humanísticas de um dos insígnias da Bahia e Brasil. Além disso, em sua tese de doutorado Duarte (2000), pode-se notar o rico entendimento sobre uma determinada temporalidade e espacialidade, somadas aos fatores; aspectos sociais e culturais, e, assim, obteve a ampliação do conhecimento sobre múltiplas áreas o que permitiu à pesquisadora e escritora trilhar, de forma mais alargada, em estudos Multi, Inter e Transdisciplinar (MIT), termos e conceitos por ela adotado em diversas pesquisas e publicações.

A memória possibilita o rastreamento da origem das coisas, das pessoas, das famílias, além de permitir acessar de maneira afetiva as memórias individuais e coletivas de um grupo, ainda possibilita reconstruir narrativas de um fato ou de uma sociedade. Além desse papel, a memória reforça a luta contra o esquecimento, pois, qualquer que seja a ciência, a memória sempre vai nos remeter a buscar algo ou alguém e como buscar, por isso a necessidade dos “lugares de memória”.

2.1 LUGARES DE MEMÓRIA

Antes da escrita, para registrar sua existência no mundo, o homem fixava a sua história e o seu dia a dia em pedras, desenhos e sinais. Essas sociedades registraram os seus conhecimentos por meio das representações em cavernas denominadas pinturas rupestres.

Segundo o historiador francês Jacques Le Goff (2013), nas sociedades sem escrita da Antiguidade, a memória era transmitida pela informalidade, sem haver materialização; havia especialistas da memória, “homens-memória”, mas essa função também era realizada por chefes de família, idosos, sacerdotes, e por meio deles reconhecia-se o importantíssimo papel de manter a coesão do grupo pela memória oral. Isto ocorria através do processo mnemônico ou por rituais religiosos, músicas e danças.

Mais tarde, o advento da escrita mudou profundamente a forma de transmissão da memória; as “memórias externas”, por meio dos suportes documentais, como as tabuletas de argila, mármore, papiro, pergaminho e o papel. Com a escrita veio também a invenção da imprensa por Johannes Gensfleisch von Gutenberg, por volta do ano de 1430. Esta invenção foi fundamental para mudanças significativas na civilização do século XV e causa influência até os dias atuais por proporcionar maior produção de documentos e divulgação de conhecimentos. (RIBEIRO; CHAGAS; PINTO, 2007, p. 30).

No entanto, a escrita acarretou profundas modificações no papel da memória e, portanto, na transmissão do conhecimento. Le Goff (2013) assinala que no *Fedro*, de Platão (filósofo grego da Antiguidade), segundo a lenda, o deus egípcio Thoth, inventor das letras (alfabeto), apresenta sua invenção ao rei Thamus:

[...] fazendo isso, o deus transformou a memória, mas contribuiu sem dúvida, mais para enfraquecê-la do que para desenvolvê-la: o alfabeto “engendrará esquecimento nas almas de quem o aprender: estas cessarão de exercitar a memória porque, confiando no que está escrito, chamarão as coisas à mente, não já do seu próprio interior, mas do exterior, através de sinais estranhos. Tudo aquilo que encontraste não é uma receita para a memória, mas para trazer as coisas à mente”. (PLATÃO, 275a *apud* LE GOFF, 2013, p. 400).

Thamus teria avaliado como problema a invenção de Thoth, o que atualmente é muito bem explicado por Pierre Nora (1993), historiador francês ou historiador da memória, como é conhecido, quando diz que houve o fim das sociedades-memórias, aquelas que asseguravam a conservação e a transmissão dos valores. O autor ainda acrescenta:

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Cada gesto, até o mais cotidiano seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que

haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história. (NORA, 1993, p. 8).

A ausência de rituais faz parecer que não há mais memória e levou à criação dos “lugares de memória” (arquivos, bibliotecas, museus e outros), expressão consagrada por Pierre Nora (1993). Os “lugares de memória”, portanto, foram adotados pelas sociedades para a resolução do problema de perda de memória e, conseqüentemente, perda de identidade de grupos. O referido autor observa:

[...]. Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (NORA, 1993, p. 13).

Nora (1993) vê como problema a não naturalidade da memória, de ela ser preservada por instrumentos externos que armazenam e dão sentido, configurando assim uma relação de poder que define o que deve ser mantido, perenizado e o que deve ser esquecido. A memória em “lugares de memória” é o interesse político-social de quem está no poder, uma vez que se seleciona o que deve ser armazenado.

Le Goff (2013) também se preocupa com o assunto e complementa a discussão no sentido de que as memórias em “lugares de memória” influenciam a história, estando a história sob a pressão dessas memórias coletivas:

[...]. “Uma problemática abertamente contemporânea [...] e uma iniciativa decididamente retrospectiva”, “a renúncia a uma temporalidade linear” em proveito dos tempos vividos múltiplos “nos níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo” (linguística, demografia, economia, biologia, cultura). História que fermenta a partir do estudo dos “lugares” da memória coletiva. “Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história”. Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história aqueles onde se devem procurar não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e denominadores da memória coletiva: “Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória”. (LE GOFF, 2013, p. 433).

O autor além de nos lembrar onde estão os verdadeiros lugares da história, também nos brinda com a categorização dos “lugares de memória”, onde se deduz que o memorial, nosso objeto de estudo, também é um lugar de memória topográfico, ou seja, se encontra em

determinado local. Lugares estes que surgem motivados pelo medo da perda de memória, de uma possível amnésia coletiva fruto de um desaparecimento da memória natural, como, por exemplo, as tradições, as crenças e os modos de fazer.

Na medida em que desaparece a memória natural, somos obrigados a acumular vestígios, documentos, artefatos etc. em lugares. Não existe mais um homem-memória como na Antiguidade, mas um “lugar de memória”. Os “lugares de memória” nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, bibliotecas, museus, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, entre outras ações (NORA, 1993, p. 13). Essas questões foram muito bem tratadas por Aristóteles (2000) em *Parva Naturalia*, no capítulo sobre “*Anamnesis*”, no qual define a recordação como uma busca, enquanto a *mneme* é caracterizada como um fato.

Os gregos tinham esses dois termos, a *mneme* (memória) e *anamneses* (lembrança) para designar respectivamente; de um lado, a lembrança, que aparece naturalmente, e, de outro lado, a lembrança como objeto de uma busca, geralmente denominada como recordação, conforme observa Paul Ricoeur (2007, p. 24). Uma seria a capacidade de se conservar algo e a outra a recuperação do que se deseja lembrar.

Um primeiro traço que caracteriza o regime da lembrança: a multiplicidade e os graus variáveis de distinção das lembranças. A memória está no singular, como capacidade e como efetuação, as lembranças estão no plural: temos *umas* lembranças (já houve quem dissesse maldosamente que os velhos têm mais lembranças do que os jovens, mas menos memória!). (RICOEUR, 2007, p. 41).

Ricoeur (2007) considera que a distinção que Aristóteles faz entre *mneme* e *anamnesis* parece antecipar as discussões entre evocação simples e busca por esforço de recordação. Isso evidencia o caráter natural da memória, a espontaneidade dos acontecimentos forma não muito precisa e fiel ao passado, oriundas do esquecimento, diferentemente da lembrança buscada, é o dever de não esquecer.

A proliferação de “lugares de memória” ou “instituições de memória” que começou a despontar na sociedade durante a Antiguidade, configurou-se de tal maneira que o arquivo, a biblioteca e o museu podiam ser uma única instituição, a exemplo do *Mouseion* e da Biblioteca de Alexandria, nos quais, em um mesmo espaço, era possível a guarda de documentos, livros e obras de arte, em um contexto em que não havia divisão de áreas do conhecimento. Na contemporaneidade isto também ocorre em centros de documentação, centros de memória, centros culturais e memoriais institucionais, ou seja, a reunião de documentos de arquivos, bibliotecas e museus.

Na Idade Moderna, a distinção entre arquivo, biblioteca e museu começou a emergir, ocasionando a separação dessas instituições, porém, no advento da Idade Contemporânea, aumentou o número de arquivos, bibliotecas e museus, emergindo a demanda por mão de obra especializada e, assim, cada área passou a buscar espaço distinto e denominação correspondente à sua própria teoria e prática. Segundo Tanus e Araújo (2012), a criação dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia na *École des Chartes*, em 1821 e do curso de Museologia na *École du Louvre*, em 1882, na segunda metade do século XIX, ambos em Paris na França, acentuou o caráter individual de cada área, e, a partir dessas transformações, outras instituições foram surgindo para relacionar memória-documento-informação.

Com o avanço dos campos da Ciência da Informação e da Tecnologia da Informação e Comunicação, as instituições reuniram documentação de variada natureza, gênero, formato, espécie e tipologia para compor acervos com maior abrangência. No bojo dessas transformações, surge o centro de documentação, entre outras instituições, muitas vezes compreendidas sem distinção entre si, a exemplo do centro de memória, do centro cultural e do memorial.

Esses novos lugares têm na sua essência o rompimento do paradigma custodial para o pós-custodial (ou pós-moderno) por meio do uso das informações para as mais diversas finalidades oriundas de fontes arquivísticas, bibliográficas ou museológicas e até mesmo experienciais. Os acervos documentais preservados e tratados em seus lugares tradicionais de memória são fontes para a realização de variados trabalhos nos novos formatos de “lugares de memória” que podem apoiar as atividades institucionais e a construção de conhecimentos.

Por isso, Duarte (2006-2007, p. 148) afirma que os profissionais da informação devem se preparar para a era pós-custodial, que não depreciem seu papel como guardiões de documentos, mas “devem transcender seu papel de custódios, se desejam sobreviver como profissionais neste século”, isto é, as escolas de formações têm de adaptar seus currículos e os especialistas buscarem formação continuada para elaborar, acompanhar e implementar projetos de produção e difusão da informação ou da memória. Ainda em Duarte (2006-2007, p. 142), acrescenta:

O arquivo é memória e esta, por sua vez, tem potencialidade para informar e alterar a realidade presente. A memória só é pensável como arquivo quando se pretende determiná-lo enquanto monumentalidade. Trata-se de um termo possuidor de definições polissêmicas e polêmicas, muitas vezes associadas aos conceitos de documento e memória. (DUARTE, 2006-2007, p. 142).

A mudança de perfil dos “lugares de memória” é retrato de uma mudança de perfil de usuários, não podemos mais trabalhar somente para o Estado ou para uma elite cultural, tem que se

atingir outro público, como, por exemplo, crianças, estudantes, jornalistas etc., por meio de outras linguagens, outros tratamentos, características dos novos formatos de “lugares de memória”.

Na visão de Araújo (2018, p. 46), na era designada como pós-custodial, é necessário que as instituições de memória se reconfigurem e se transformem “[...] em muitos casos em (re) construtores de memória, em termos de produção de conteúdo informacional e não do processo histórico [...]”, sendo esse, muitas vezes, o advento de novos formatos de “lugares de memória”, como é o caso do memorial, nosso objeto de estudo.

3 MEMORIAL INSTITUCIONAL: HISTÓRIA E CONCEITOS

Nota-se a inexistência de uma definição do que venha ser memorial como instituição ou parte de uma instituição, por isso adotamos o termo memorial institucional. Há uma dificuldade na ciência de nomear conceitos que são às vezes a mesma coisa ou têm uma pequena variação de sentido. A partir do pressuposto de que se existe uma palavra, é porque há um desvio de sentido, tornou-se o nosso ponto de partida para continuar a investigação.

Se observarmos o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 244-245, considera o significado para memorial como:

Memorial: 1. Lit pequeno livro de lembranças. 2. Dir 2.1. Petição em que se faz referência a um pedido já feito. 2.2. Documento em que uma das partes litigantes expõe sua pretensão, explícita e fundamenta o direito que a ampara na causa. 3. Documento que descreve, de forma detalhada, a produção acadêmica e o curriculum vitae de um candidato a cargo em concurso público para professor universitário. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 244-245).

Verifica-se que o referido dicionário traz a definição de memorial sem o perfil de instituição ou parte de uma instituição, ou seja, possui variadas definições, dependendo do seu objetivo, sendo um termo polissêmico, mas que enquanto instituição carece de definições nos campos da Arquivologia, da Biblioteconomia e até mesmo da Ciência da Informação, pois no Dicionário de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação também não consta o significado de memorial.

Os primeiros memoriais como instituição ou parte de uma instituição foram criados nos anos 1950 e estavam ligados ao tema do genocídio de vítimas de guerra, como o Yad Vashem, ou Memorial do Holocausto, inaugurado em 1953, em Jerusalém (GUEDES; ISSBERNER, 2017, p. 440).

Na Europa, só no final do século XX surgiu a patrimonialização de espaços de memória, ligados à II Guerra Mundial e ao Holocausto (GUEDES; ISSBERNER, 2017, p. 440). Daí ocorreram estudos, segundo as referidas autoras, sobre museus memoriais, como o *Memorial museums: The global rush to commemorate atrocities*, de 2007, do professor da Universidade de Nova York, Dr. Paul Harvey Williams. As autoras citadas apresentam as seguintes considerações acerca dos memoriais:

[...] na atualidade se apresentam como um novo lugar de memória, especialmente destinados a lembrar grandes tragédias, momentos traumáticos da humanidade, por isso, são imbuídos de uma determinada interpretação histórica que lhes proporciona um papel social importante. (GUEDES; ISSBERNER, 2017, p. 440).

A partir dessa consideração, Guedes e Issberner (2017), relatam que o professor Williams esclarece que, na Segunda Guerra Mundial, as tragédias humanas tomaram novas proporções, uma vez que as vítimas eram civis, e não somente soldados, o que apontou para a necessidade de uma nova forma de memorialização, culminando na criação dos memoriais.

Nesse sentido, muito mais que mostrar as histórias traumáticas, “os memoriais funcionam como lugares de sítio, constituídos tanto por histórias oficiais como por histórias pessoais” (GUEDES; ISSBERNER, 2017, p. 442). As autoras mencionam que o professor Williams considera que o aumento do número de memoriais após a Segunda Guerra Mundial está correlacionado com o direcionamento das grandes narrativas e experiências autoritárias em museus nacionais.

Segundo Guedes e Issberner (2017, p. 442), “ao invés de ser imerso em narrativas históricas prontas, os visitantes dos memoriais são solicitados a terem experiências sensoriais e emocionais em vez de visuais e impessoais” (tradução nossa). As autoras interpretam que o professor Williams “considera que a experiência nesses espaços possa ser mais fluída, menos hierárquica e mais pessoal” (GUEDES; ISSBERNER, 2017, p. 442).

A esse respeito, as citadas pesquisadoras observam uma mudança de práticas no processo de musealização que viabilizou o aparecimento de novas instituições, principalmente quanto aos processos de musealização específicos, como nos memoriais.

Barcellos (1999, p. 1) assinala que no “senso comum, Museu e Memorial são a mesma coisa”. Nesse sentido, ele considera o paradigma da ciência museológica indispensável, mas também insuficiente para o conhecimento da natureza da instituição memorial:

Indispensável, pois trata de formas de organização de prédios, acervo e espaço e pessoal e público a que se destina toda e qualquer coleção de objetos históricos. Insuficiente porque paradoxalmente, a museologia, ciência a quem caberia a questão – não se colocou o problema dos memoriais, ou ao menos a pergunta fundamental “o que é um memorial” como pauta de investigação. (BARCELLOS, 1999, p. 1).

A questão conceitual é importante, por caracterizar, ou até mesmo conceituar, o memorial a trazer avanços e mudanças em práticas metodológicas de instituições que se autodenominam memoriais e realizam práticas de instituições similares de memória, como se nenhuma diferença o fizesse, a exemplo do museu, do centro cultural, do arquivo, do centro de documentação e do centro de memória.

Para Dantas (2014, p. 2), alguns pesquisadores tentam problematizar o conceito de memorial, mas este se refere a uma “tipologia de museu cuja proposta vislumbra a

monumentalização de um agente ou grupo específico”. O autor desconsidera a problematização que gira em torno das questões conceituais sobre memorial.

Para resolver essa questão, Barcellos (1999) sugere como ponto de partida a determinação do significado da palavra, de forma a delimitar gradativamente o objeto de estudo e seu campo de atuação, distinguindo-o de seus congêneres. Todavia, o autor observa que esse não é um caminho fácil. E explica:

No Dicionário Etimológico Silva Bastos da Língua Portuguesa, de 1928, Memorial significa um pequeno livrinho de lembranças, uma petição escrita. Nele encontramos a primeira indicação das origens etimológica: vem do latim *memorins*. O dicionário etimológico Ernesto Faria não indica *memorins*, mas *memoriãlis*, aquilo que ajuda a memória, a partir de citação de Suetônio e Cezar. *Memorialis* é adjetivo, e parece ser o mais preciso, e é distinto do substantivo *memoriola*, referente a memória, presente no *Latin Dictionary for Schools*, de Lewis, de 1889, mais ainda que não precisa exatamente que tipo de memória se trata. Koeler, em seu Pequeno Dicionário Latinoportuguês, de 1943, esclarece a questão: *memoriola* é pequena memória, memória fraca. (BARCELLOS, 1999, p. 7).

Tendo isso em vista, Barcellos enfatiza que esse não é o caminho que leva aos sentidos de memorial na sua origem, e continua referindo-se aos demais dicionários:

O Dicionário Latino Português de Dirceu Rodrigues, de 1944, a expressão mais próxima de *memorins* de Silva Bastos volta a ser *memorialis*, “que tem relação com o memorial. No plural, memoriales, são ditos os secretários, que junto com libris – que é associada também à guarda memória – se transforma na expressão memoriales libri, ou simplesmente memoriais, concepção estrita de *registros da memória*. A interpretação de Cretela Jr, em seu Dicionário Latinoportuguês, para “*memorialis*” é aquilo “que ajuda a lembrança”. Sua interpretação toma como bases passagens de Suetônio, mas tomada no sentido de substantivo, o sentido é diverso, o de *historiógrafo*, segundo o Código Justiniano. O dicionário de Francisco Antonio de Souza, de 1926, registra *memorialis* – a mesma expressão de Silva Bastos – também como “aquilo que serve a lembrança”, mas me chama a atenção para o derivado *memoráculum*, monumento que lembra. (BARCELLOS, 1999, p. 8).

Barcellos (1999) conclui que a gênese de memorial se encontra em *memorialis*, cujos significados constam em diversos dicionários, os quais confirmam como registro que auxilia a memória; *memorialis* parece revelar uma definição institucional. O autor afirma que o conceito de memorial é uma escritura, uma memória institucional, formal, burocrática — se preferirem —, objeto fundamental de um memorial, seja a memória institucional, seja qual for. Nesse sentido, Barcellos (1999) exclui, numa interpretação inicial, o memorial como função central da cultura.

Se o conceito de memorial, em sua gênese, admite a via da memória institucional, estamos segundo Barcellos (1999, p. 8), diante de uma definição aproximada de memorial “como lugar permanente que conserva e expõe coleções de objetos de caráter institucional com fins culturais”. Tal concepção diferencia-se da definição dada aos museus em Santiago do

Chile, em 1973, pois não se trata de uma instituição a serviço da sociedade, mas de fins específicos do Estado ou de outra instituição:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009, on-line).

Os memoriais, diferentemente dos museus, atendem a interesses específicos de divulgação, conservação e valorização de uma memória específica de uma determinada instituição (pública, privada, jurídica ou física, individual ou coletiva). Suas semelhanças com museus encontram-se apenas na forma, justifica Barcellos ao destacar trecho dos estatutos do Conselho Internacional de Museus (ICOM), quando diz que “assimilam-se aos museus as bibliotecas públicas e os centros de arquivos que mantêm em permanência salas de exposição” (BARCELLOS, 1999, p. 9). Portanto, qualquer lugar de memória que obtiver exposição não necessariamente será um museu.

Complementando a discussão, Axt (2012) diz que a palavra “museu” pressupõe a existência de um acervo consolidado e complementa que:

Um museu é constituído quando há um acervo reconhecido, materializado num livro de tombo e contemplado com um conceito de gestão. O memorial, assim, na perspectiva que acolhemos, é uma proposta de lidar com a memória sem necessariamente vinculá-la a um acervo, seja objetual, artístico, documental, imagético. O memorial pode, ao longo de sua trajetória, formar um acervo, na medida em que o trabalho avança. (AXT, 2012, p. 66).

Embora o memorial tenha características expositivas, inclusive museal, ele não é ancorado num acervo, conforme destaca Axt (2012); ele pode, ao longo da sua existência, formar seu acervo de acordo com a trajetória da instituição, com políticas de memória ou políticas de acervo.

Barcellos (1999) observa que, embora sejam infinitas as definições etimológicas para a palavra memorial, deve-se centrar o eixo do trabalho de um memorial na memória do Estado ou da instituição pública ou privada, jurídica ou física, ou seja, não cabe ao memorial um acervo diverso da atividade-fim para a qual foi criado, mesmo que algo pudesse ser de interesse geral e da comunidade.

Na tentativa de categorizar os memoriais, e à falta de discussão do assunto pela museologia, como já sinalizado por Barcellos (1999), o Conselho Internacional de Museus implementou, em 2001, o Comitê Internacional de Museus Memoriais (ICMEMO). Esse

Conselho conceituou memoriais como instituições que desenvolvem a função de museus, com a finalidade de homenagear as vítimas do Estado e salvaguardar os direitos humanos básicos (ICOM/ICMEMO, 2001), como podemos conferir:

Estas instituições possuem a função de museus com um acervo de objetos históricos originais, que inclui geralmente edifícios, e atuação em todos os campos clássicos de trabalho do museu (coleta, conservação, exibição, pesquisa e ensino). Sua finalidade é homenagear as vítimas do estado e de determinados crimes, ideologicamente motivados. São frequentemente localizados nos locais históricos originais ou em locais escolhidos pelas vítimas de tais crimes para efeitos de celebração. Estão concebidos como memoriais advertindo visitantes para salvaguardar os direitos humanos básicos. Como estas instituições cooperam com as vítimas e outras testemunhas contemporâneas, seu trabalho também possui um caráter psicossocial. Seus esforços para transmitir informações sobre eventos históricos são moralmente fundamentados e possuem o objetivo de estabelecer uma relação definida para o presente, sem abandonar a perspectiva histórica. (ICOM/ICMEMO, 2001, p. 1, tradução nossa).

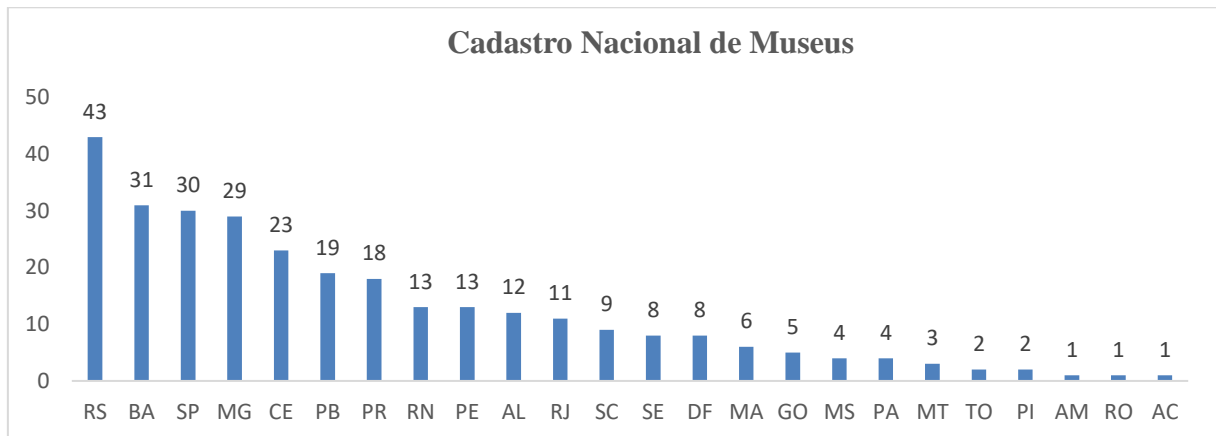
Porém, ao adentrar no assunto, considerando o Brasil como recorte da pesquisa, percebe-se que há uma variedade de realidades de memorial que vão além do conceituado pelo ICOM/ICMEMO (2001), de homenagear as vítimas do Estado e salvaguardar os direitos humanos básicos, as quais serão discutidas na próxima seção.

3.1 REALIDADES DE MEMORIAIS NO BRASIL

Os memoriais estão em todas as partes, mas especificamente no Brasil há uma variedade de realidades. Os memoriais brasileiros não têm somente a finalidade de homenagear as vítimas do Estado e salvaguardar os direitos humanos básicos como definido pelo ICOM/ICMEMO (2001), observam-se diversas realidades.

Essas observações foram realizadas por meio de consulta ao Cadastro Nacional de Museus do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), atualizado em 27 de abril de 2021. Pode-se identificar no material 296 lugares com o nome de memorial, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Memoriais no Cadastro Nacional de Museus

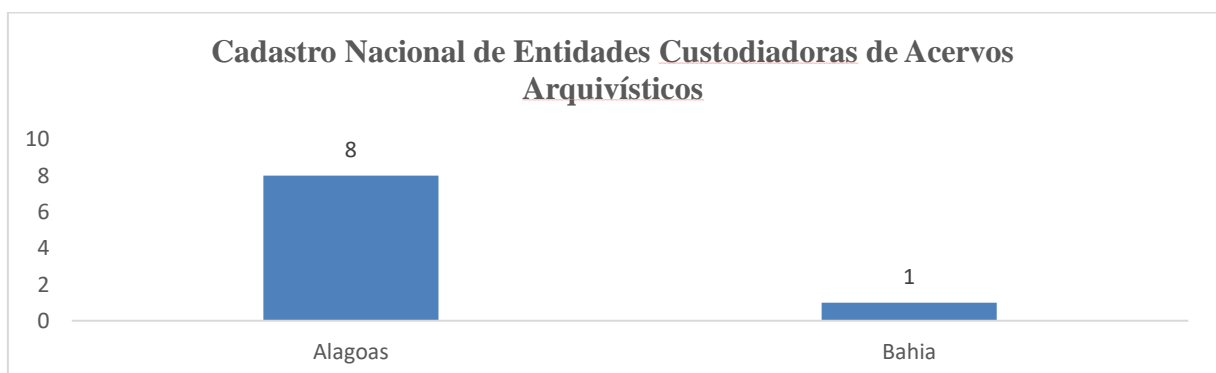


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No Gráfico 1 estão representados os 296 memoriais consultados no Cadastro Nacional de Museus do Ibram de forma distribuída por estados brasileiros. O Rio Grande do Sul figura em primeiro lugar, com 43 instituições com nome de memorial; em segundo lugar, a Bahia, com 31; em seguida, São Paulo, com 30; depois, Minas Gerais, com 29; logo após, Ceará, com 23; Paraíba, com 19; Paraná, com 18; Rio Grande do Norte e Pernambuco, com 13; Alagoas, com 12; Rio de Janeiro, com 11; Santa Catarina, com 9; Sergipe e Distrito Federal, com 8; Maranhão, com 6; Mato Grosso do Sul e Pará, com 4; Mato Grosso, com 3; Tocantins e Piauí, com 3; e, por último, Amazonas e Rondônia, com 1.

Outra fonte de busca foi o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), atualizado também em 27 de abril de 2021. O Conselho, ao realizar a consulta com o verbete “memorial”, obteve um resultado bem inferior ao do Ibram. (CONARQ, 2020). Podemos identificar no material somente 9 lugares com o nome memorial, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Memoriais no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No Gráfico 2 estão representados os 9 memoriais consultados no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos do Conarq, de forma distribuída por estados brasileiros, embora tenham sido apresentados somente dois estados: Alagoas, com 8 instituições com nome de memorial e 1 instituição na Bahia.

E por fim, consultamos o Cadastro do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), atualizado também em 27 de abril de 2021. (SEC, 2022). No Cadastro, foram identificados somente 2 lugares com o nome composto “biblioteca memorial”, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Memoriais no Cadastro Nacional de Bibliotecas



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No Gráfico 3 estão representados os 2 memoriais consultados no Cadastro Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), de forma distribuída por estados brasileiros. Somente dois estados receberam nome de memorial: Paraíba, com uma 1 instituição, e Amazonas, 1 instituição.

No Brasil, constata-se que os memoriais estão mais atrelados aos museus do que aos arquivos e bibliotecas, mas possuem perfis diversos, os quais podem ser agrupados da seguinte forma: aqueles com perfis de homenagear qualquer tipo de personalidade, assemelhando-se bastante aos museus ou fazendo parte de um museu; os com perfis agregativos, assemelhando-se aos centros culturais; e, por fim, os com perfis corporativos / organizacionais, assemelhando-se aos arquivos, centros de documentação e aos centros de memória.

Não temos, num primeiro momento, a intenção de categorizar todos os memoriais observados nos cadastros nacionais brasileiros nas características identificadas, por isso trataremos das realidades observadas de memoriais, quais sejam: memorial de homenagem, memorial agregativo e memorial corporativo / organizacional. Também trataremos das

semelhanças e diferenças com lugares congêneres de memória, exemplificados com memoriais que são mais conhecidos nacionalmente, que já foram citados por outros trabalhos dos autores aqui utilizados, bem como com o memorial que é campo empírico desta pesquisa.

Os memoriais mais comuns espalhados pelo mundo e pelo Brasil são os de homenagens individuais e coletivas que reverenciam celebridades, políticos, personalidades, combatentes e vítimas de guerras. Segundo Barcellos (1999), esses memoriais:

Possuem o formato de museus, nos termos do Conselho Internacional de Museus e similares, “enquanto instituição permanente que conserva e expõe coleções de objetos de caráter cultural”, mas são denominados memoriais como se nenhuma diferença isto fizesse. (BARCELLOS, 1999, p. 2).

O surgimento dos memoriais, como tratado em seção anterior, é resultado de uma nova forma de memorialização, por isso, segundo Barcellos (1999), os memoriais não deveriam ser repetições de modelos tradicionais de museus, como se nenhuma diferença fizesse. Destarte, o inverso também ocorre, ao apresentarem características de memorial e serem denominados de museus.

Portanto, vale a pena considerar as distinções que o autor Williams (2007) fez a respeito de monumento, museu, museu memorial e sítio memorial:

Um monumento é uma escultura, estrutura ou objeto físico concebido para memorizar algo. Um museu, como sabemos, é uma instituição dedicada à aquisição, conservação, estudo, exposição e interpretação educacional de objetos com valor científico, histórico ou artístico. Eu uso o termo Museu Memorial para identificar um tipo específico de museu dedicado a um evento histórico que comemora o sofrimento em massa de algum tipo. O termo final, o Sítio Memorial, é usado para descrever locais físicos utilizados com uma função comemorativa, mas não estão necessariamente dominados por uma estrutura construída. (WILLIAMS, 2007, p. 8, tradução nossa).

Segundo Guedes e Issberner (2017), o autor pondera que compreende a dificuldade de entendimentos lineares sobre memoriais em todo o mundo, devido ao fato de eles serem construídos em períodos diversos, em estruturas e culturas variadas.

Por isso, no Brasil, a forma de museu dos memoriais de homenagem é reflexo de uma roupagem de âmbito museológico, no entanto esse modelo tem características próprias; esse tipo de memorial pode ser parte de um museu ou ser totalmente voltado ao homenageado.

Uma característica dos memoriais de homenagem é de, além de manter o acervo biográfico e temático voltado aos homenageados, pode comportar mausoléus para guarda dos restos mortais das personalidades.

Um exemplo de memorial de homenagem no Brasil é o Memorial JK, projetado por Oscar Niemeyer, inaugurado em 12 de setembro de 1981. Está localizado na cidade de Brasília,

DF, e é dedicado ao ex-presidente brasileiro Juscelino Kubitschek (1956-1961), fundador da cidade de Brasília (1960) (MEMORIAL JK, 2022).

Portanto, percebe-se que esses novos formatos de lugares propiciam ao visitante uma nova forma de memória por meio da sensibilização e da experiência de estar num local que remete à vida do homenageado, em oposição a museus, nos quais as experiências são mais hierárquicas e impessoais.

Outra realidade de memorial são os que têm perfis agregativos. Embora recebam o nome de memorial, são lugares que abarcam diversas atividades culturais existentes, como músicas, artes plásticas, teatro, convenções. Segundo Barcellos (1999), eles apresentam um perfil agregativo, denominado de memorial, mas, na realidade, agregam várias funções: museu, biblioteca, centro de convenções, outros espaços etc., ou seja, apresentam características bem semelhantes às dos centros culturais ou das casas de cultura.

De acordo com Ramos (2007), os centros culturais que também podem ser denominados de casas de cultura, são locais destinados a várias expressões artísticas e culturais. Eles surgiram da necessidade de um modelo alternativo que aglutinasse criação, reflexão e disseminação de bens culturais, portanto devem propiciar o encontro criativo entre as pessoas e não têm a necessidade de produzir conteúdo, ou seja, são receptores de conteúdo.

O nome centro cultural geralmente refere-se a uma instituição mantida pelos poderes públicos, de porte maior, com acervo e equipamentos permanentes, como salas de teatro, cinema, bibliotecas, etc. Estas instituições orientam-se para um conjunto de atividades que são desenvolvidas sincronicamente e oferecem alternativas variadas a seus frequentadores, de modo perene e organizado. (RAMOS, 2007, p. 90).

Diante das investigações de Ramos (2007), percebe que o fenômeno dos centros culturais se assemelha com o fenômeno dos memoriais, multiplicaram-se espaços com esse perfil por todo o Brasil a partir da década de 80 e 90, muitas vezes com o intuito de evolução de lugares tradicionais de memória como a biblioteca e o museu. Constata-se que o que caracteriza os centros culturais é a reunião de produtos relacionados à cultura, sejam de que natureza for, bem como a possibilidade de discuti-los e a oportunidade de criar produtos.

Assim, semelhantemente ao modelo de centro cultural, no Brasil o mais conhecido memorial agregativo é o Memorial da América Latina em São Paulo, embora existam inúmeros outros espalhados pelo país. O Memorial da América Latina, criado em março de 1989, é considerado a grande referência de memoriais no Brasil. Segundo Barcellos (1999, p. 4), ele é “grandioso, caro e controverso, misto de espaço destinado à preservação da cultura continental e à realização de eventos cívicos e congressos.”

O problema em questão nesse formato de memorial está no fato de ser um espaço onde podem ocorrer atividades de todos os tipos, as quais, na maioria das vezes, não têm relação com a temática do memorial, visto que, como já foi abordado anteriormente aqui, não cabe ao memorial um acervo diverso da atividade-fim para a qual foi criado.

A terceira realidade observada é o memorial com perfil corporativo ou organizacional, ligado a uma corporação ou organização pública ou privada. Ele tem como objetivo a seleção e a contemplação da memória institucional e funcionam como um equipamento político, de promoção, valorização e de difusão institucional.

Para Thiesen (2013), o conceito de memória institucional e de memória organizacional se misturam, pois, toda memória é institucional; a referida autora define da seguinte forma:

[...] memória institucional é tudo aquilo que as instituições definem como relevante - para a sua memória. É a sua verdade, o que deve ser selecionada, preservado e recuperado, bem como aquilo que deve permanecer em silêncio, esquecido ou guardado em segredo (THIESEN, 2013, p. 50-51).

A mesma autora complementa que se associam à memória institucional (MI) questões jurídicas (legitimidade), as quais não devem ser confundidas com a memória organizacional, a qual estaria associada a questões econômicas (eficácia) (THIESEN, 2013). Portanto, um memorial com perfil corporativo ou organizacional não é automático, que contempla memória organizacional (MO). A diferença entre MO e MI é definida por Rueda, Freitas e Valls (2011), citando Nassar (2007), da seguinte forma:

A principal diferença entre Memória Organizacional e Memória Institucional está no foco de cada atividade, enquanto Memória organizacional leva a ideia da eficácia que aceita mudanças no seu trajeto, o termo Memória institucional remete a ideia de legitimidade, criação e identidade [...], já não basta oferecer o produto; serviço mais desejado, além das já conhecidas responsabilidades social e ambiental. As instituições começaram a se preocupar em apresentar um diferencial para o mercado: a responsabilidade histórica empresarial. (NASSAR, 2007a, p. 97 *apud* RUEDA; FREITAS; VALLS, 2011, p. 84).

Nesse modelo com foco na memória institucional estão inclusos diversos memoriais pelo país, dentre eles, o do Instituto Federal da Bahia (IFBA), o qual é uma instituição localizada no estado da Bahia, com estrutura multicampi, de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e membro do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); tem natureza jurídica de autarquia e um Memorial Institucional, que é campo empírico desta pesquisa.

Nesse sentido, as instituições lançam mão dos “lugares de memória”, em especial, o memorial, que, sem conceituação definida, é criado a critério de cada empresa ou órgão com o intuito de “preservar” a memória institucional. Normalmente, o memorial institucional é criado em momentos de comemoração, quando a organização faz aniversário, mas pode ser usado para o benefício da instituição, como valorização da memória social e coletiva e de forma comercial, como estratégia de marketing.

Em alguns casos, é o momento em que as massas documentais acumuladas (MDAs) são organizadas e se tornam unidades de informação voltadas ao passado da instituição, como forma de preservar sua trajetória. As MDAs devem ser identificadas, classificadas, selecionadas, avaliadas e destinadas aos arquivos permanentes ou à eliminação, segundo os critérios da gestão de documentos. Portanto, não deveriam ter sentido de memorial, como se fossem sinônimos de arquivo permanente. Por isso, é importante ressaltar características de um arquivo permanente, segundo Bellotto (2006, p. 27):

Um arquivo permanente não se constrói por acaso. Não cabe apenas esperar que lhe sejam enviadas amostras aleatórias. A história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos, com documentos que só informem o ponto inicial ou ponto final de algum ato administrativo decisivo. A história se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia a dia administrativo, além de fontes não governamentais. (BELLOTTO, 2006, p. 27).

Os arquivos permanentes são receptores, com documentos acumulados “naturalmente”, conforme as atividades das instituições públicas e privadas. Não são colecionadores, com documentos acumulados “artificialmente”.

Por isso, o memorial institucional não pode ser confundido com o arquivo permanente da instituição, pois, na maioria das vezes, sua composição passa por um processo de seleção que não é arquivístico. A documentação é escolhida de acordo com o que a entidade compreende ou deseja que se compreenda como a “representação” da história da organização, e isso faz com que o memorial não possua somente documentos orgânicos, autênticos e acumulados naturalmente, características próprias do documento de arquivo.

Nesse tipo de realidade dos memoriais corporativos ou organizacionais podemos ter a presença de memorial como centro de documentação, devido terem em comum a característica de entidade mista, composta por documentação de arquivo, biblioteca e museu, bem como por documentos analógicos e digitais, conforme afirma Bellotto (2006):

Os documentos de centro de documentação (considerado em sua definição estrita, como entidade que reúne em torno de uma especialidade bem determinada qualquer tipo de documento) são em geral reproduções (em microforma ou não) ou referências virtuais, que originalmente poderiam ser tipificados como documentos de biblioteca,

arquivo ou museu. Material sonoro ou gravado, ou ainda em suporte eletrônico, desde que em cópia ou reprodução, é também característico dos centros de documentação. (BELLOTTO, 2006, p. 37).

Portanto, o centro de documentação reúne documentos diversos sobre uma área específica da atividade humana, no que se refere à origem, produção e fins do material que se armazena, representa um somatório das instituições arquivo, biblioteca e museu, em forma analógica ou digital, característica essa presente nos memoriais institucionais.

Bellotto (2006), continua a descrever as características de um centro de documentação e estabelece que:

O centro de documentação é órgão colecionador ou referenciador (quando não armazena documentos como as demais entidades obrigatoriamente o fazem, e só referência dados em forma física ou virtual). Seus objetivos são fundamentalmente científicos, já que a coleção (quando os documentos são armazenados) é formada de originais ou reproduções referentes a determinada especialidade; incluem-se nessa categoria as bases de dados (BELLOTTO, 2006, p. 39).

Apesar das semelhanças do centro de documentação com o memorial institucional, como a migração das informações primárias para outros recursos, podendo ser colecionador ou referenciador, diante do exposto, os objetivos de cada um são diferentes, o memorial não tem objetivos científicos como o centro de documentação, assim como o centro de documentação nem sempre tem o objetivo a preservação da memória ou a pesquisa histórica, como o memorial institucional.

Há ainda na realidade presente nas corporações e organizações a justificativa predominante para a alternância da nomenclatura dos termos memorial e centro de memória, como se fossem sinônimos. Segundo Pazin (2015) os centros de memória surgiram a partir do conceito de centro de documentação, com a criação dos centros de documentação histórica, denominados posteriormente de centro de memória. A referida autora afirma que:

Um centro de memória é uma área, setor ou unidade – dentro de cada instituição – que tem como objetivo reunir, organizar, conservar e produzir conteúdo a partir da memória institucional, presente tanto na documentação histórica da organização quanto na memória de seus colaboradores e de outros atores relacionados à vida institucional. (PAZIN, 2015).

Diante deste conceito, fica aparentemente muito próximo o conceito de centro de memória com o de memorial, tendo em comum a memória institucional, a produção de conteúdo, a participação de outros atores, como a memória dos colaboradores, mas a autora em outra publicação esclarece que:

Dentro dessa abordagem da memória nas organizações é importante salientar que um Centro de memória não é um memorial, no sentido de um local de celebração do passado da organização. Embora ele possa criar produtos com essa finalidade em situações específicas, o Centro de Memória não pode ser estático e, principalmente, não deve estar voltado à monumentalização do passado. (PAZIN-VITORIANO, 2019, p. 92).

A monumentalização do passado faz com que os “lugares de memória” sejam montados com uma roupagem definida sob um dado ponto de vista, sem abertura para análises e desconstruções. Por isso, o Congresso que originou o livro *O Direito a Memória* questionou as práticas de preservação do patrimônio histórico dos órgãos públicos, com a consagração do consagrado pelo Estado e pelos símbolos de poder constituído, sem que os cidadãos se reconheçam naquela identidade e naqueles símbolos comemorativos.

Complementando a discussão, no livro *O Direito à Memória*, Chauí (1991) traz a seguinte reflexão:

Uma política cultural que idolatre a memória enquanto memória ou que oculte as memórias sob uma única memória oficial está irremediavelmente comprometida com as formas presentes da dominação, herdadas de um passado ignorado. Fadada à repetição e impedida de inovação. (CHAUÍ, 1991, p. 43).

Infelizmente essa é uma tendência na preservação da memória e do patrimônio histórico, a memória e história que se preserva é normalmente a das classes dominantes, raramente se preserva a memória e história dos dominados, isso se constata na ausência de “lugares de memória” como museus, monumentos, exposições, comemorações e até mesmo memoriais, dificultando a perpetuação e valorização da memória popular. Por isso, espera-se que esses novos “lugares de memória” ressignifique seus propósitos e modifique essa tendência, dando a memória o poder que ela tem e não exaltando a memória do poder.

Portanto, um projeto de memória que seja apenas uma efeméride, que se resuma a uma linha do tempo, um livro de memória, uma exposição e alguns depoimentos não é um centro de memória, nem um memorial, o que não o faz deixar de ser um instrumento importante; contudo, um projeto de memória institucional não pode ser assim reduzido. Porém, não há consenso conceitual na literatura e são observados centros de memória de formatos variados (CAMARGO; GOULART, 2015), o mesmo acontece com os memoriais.

O memorial, enquanto instituição, por sua vez, não há muitas definições, como já observamos anteriormente, porém ao compreendê-lo do ponto de vista das realidades brasileiras de memoriais, identificamos a definição elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no seu Manual de Gestão da Memória (2021), onde entende-se que é a que mais se adequa as nossas realidades:

Memorial: é um espaço de memória misto, podendo ser uma instituição de homenagem a personalidades, fatos ou atividades, que tem seu funcionamento voltado para o objeto da homenagem. Por seu caráter híbrido, pode conter acervos do gênero arquivístico, museológico e bibliográfico. (CNJ, 2021, p. 60).

Desse modo, pode-se concluir que a caracterização marcante de um memorial é a hibridez dos acervos. Mas também pode-se complementar com a definição de Jorge Barcellos (1999), que recupera a etimologia da palavra e diz que memorial “[...] lugar permanente que conserva e expõe coleções de objetos de caráter institucional com fins culturais. [...]”. Entende-se como institucional a pessoa física ou jurídica, pública ou privada objeto do memorial.

Portanto, no que se refere a origem, produção, e fins do material que armazena, o memorial representa o somatório das instituições arquivo, biblioteca e museu. Sua finalidade é conservar e expor coleções de objetos de caráter institucional com fins culturais.

Assim, o memorial pode ser órgão colecionador ou referenciador. Entretanto, para ser colecionador precisa de documentos que sejam cópias ou reproduções, bem como documentos destinados para tal, visto que, retirar documentos de um fundo ou de uma coleção e transferir para um memorial, desrespeitaria princípios e normas norteadoras das áreas de arquivo, biblioteca e museu, as quais trataremos na próxima seção.

4 ARQUIVO, BIBLIOTECA E MUSEU

Ao compreendermos que memorial representa o somatório das instituições arquivo, biblioteca e museu, cabe distinguir as semelhanças e diferenças dessas respectivas instituições encarregadas de guarda, processamento e difusão da memória, do documento e da informação das suas sociedades.

Memória, documento e informação são elementos capazes de aproximar as instituições arquivo, biblioteca, museu. Como já apresentou-se anteriormente neste estudo, estas instituições passaram a ser conhecidas como “lugares de memória” (NORA, 1993) ou “instituições de memória” (LE GOFF, 2013), e após o advento da escrita, a materialização da memória se deu através de suportes, os quais denominamos de documento, e segundo conceituações genéricas e clássicas, são registros de uma informação em um suporte, ou seja, um material físico pelo qual o homem se expressa, sendo o conteúdo contido nos documentos a informação.

Entretanto, para fins de identificação, armazenamento e tratamento técnico dos documentos e da informação, há uma divisão das “instituições de memória”, gerada lá na Idade Moderna, que se intensificou na Idade Contemporânea, por meio das especializações, que os torna objeto de estudo de ciências diferentes, sendo o arquivo da Arquivologia, a biblioteca da Biblioteconomia e o museu da Museologia, e conseqüentemente se compõem de acervos diferenciados e públicos diferenciados.

Segundo Bellotto “a forma/função pela qual o documento é criado é que determina seu uso e destino de armazenamento futuro” (BELLOTTO, 2006, p. 36). Ou seja, não é o suporte documental que vai determinar se um documento é de arquivo, biblioteca e museu, e sim a razão de sua origem e seus objetivos. Além da memória, do documento e a informação como elemento em comum, arquivo, biblioteca e museus compartilham de outras características comuns como segundo Tanus e Araújo (2012), coletar, preservar, gerenciar acervos e fornecer acesso a eles, mas também compartilham problemas comuns, “tais como armazenagem, conservação, programação pública e gestão de coleções”.

Sobre arquivo, biblioteca e museu temos as seguintes definições:

Arquivo 1 conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. 2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27).

A biblioteca, é a unidade informacional responsável pela guarda de documentos bibliográficos que trata do conhecimento humano, de forma ordenada para estudo pesquisa e consulta. O museu é uma instituição de interesse público, criada com a finalidade de conservar, estudar e colocar à disposição do público conjuntos de peças e objetos de valor cultural. (DUARTE; FERREIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 315).

As distinções de arquivo, biblioteca e museu se iniciam a partir da gênese do acervo e do tipo documental a ser coletado. No arquivo os documentos são oriundos de atividades funcionais ou intelectuais de pessoas físicas ou jurídicas no decurso de suas atividades; na biblioteca os documentos são oriundos da atividade científica ou técnica e cultural; no museu os documentos são oriundos de atividades artísticas, culturais e funcionais.

Os fins de produção dos arquivos são administrativos e jurídicos e posteriormente podendo ser históricos e culturais; já as bibliotecas e museus tem fins em comum, serão educativos, culturais, científicos ou técnicos e artísticos. Quanto aos objetivos, os documentos de arquivo prova, testemunha; os de biblioteca instrui, ensina; os de museu também tem o objetivo de ensinar além de entreter.

Sobre a origem dos documentos, os documentos de arquivo são produzidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada no decurso das suas atividades/funções, tendo esses documentos relações orgânicas entre si. Já os documentos de biblioteca são resultados de uma atividade artística ou de pesquisa. Quanto aos documentos de museu tem sua origem da criação artística humana ou de uma comunidade, bem como atividades da natureza.

Quanto as formas de entrada, no arquivo os documentos entram naturalmente, dentro da teoria das três idades, os documentos são produzidos, tramitados e recepcionados pelo arquivo corrente, que após cumpridas suas funções, são transferidos aos arquivos intermediários para aguardarem sua destinação, que podem ser recolhimento ao arquivo permanente ou eliminação. Já na biblioteca e no museu as formas de entrada, é a que se denomina de artificial, ou seja, os documentos entram por compra, doação ou permuta.

A partir das abordagens de entrada dos documentos de arquivo, biblioteca e museu, pode-se considerar que o arquivo é órgão receptor, pois recebe naturalmente os documentos que são produzidos a quem ele serve e o agrupamento dos documentos são realizados pela origem e função. A biblioteca é órgão colecionador, pois reúne artificialmente os documentos de acordo o interesse de quem ela serve e os agrupamentos dos documentos são realizados pelo conteúdo, ou seja, o assunto deles. O museu também é órgão colecionador, reúne artificialmente a coleção e o agrupamento dos documentos é de acordo a natureza do material e a especificidade do museu.

Quanto ao processamento técnico as diferenças são bem fundamentais, na biblioteca e no museu o tratamento é por unidade documental, mesmo que faça parte de uma grande coleção. No arquivo o tratamento técnico na maioria das vezes não é dado a unidade documental, mas

as séries documentais, visto que arquivo é agrupamento lógico, orgânico, ou seja, os documentos se relacionam entre si, dentro de um fundo ou uma mesma proveniência, conforme explicam as autoras Zeny Duarte, Sônia Maria Ferreira e Joseane Oliveira:

Compreendido o documento de arquivo na sua acepção, facilmente será também perceptível que ele não tem significado enquanto entidade individual ou distante dos seus pares. Na realidade é o contexto orgânico de produção dos documentos que lhes dá significado próprio que não pode ser deixado de lado. (DUARTE; FERREIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 304).

Segundo Bellotto (2006), pelo processamento técnico observa-se uma diferença básica das áreas, a Biblioteconomia regida por normas, a Arquivologia e, em parte, a Museologia fundamentam-se em princípios:

Os sistemas de classificação bibliográfica e suas extensões (no caso dos centros de documentação), salvo raríssimas exceções, podem ser rigidamente obedecidos, mas a organização de arquivos deve submeter-se à estrutura dos órgãos geradores do documento e à natureza do material ordenado. Por isso, a noção de *respect des fonds* é preceito essencial ao trabalho arquivístico: não se deve misturar os documentos produzidos por uma entidade com os da outra. A proveniência do documento define o seu fundo no arquivo, assim como define sua posição no acervo do museu. (BELLOTTO, 2006, p. 40).

Isso faz com que as bibliotecas tenham padrões regidos por normas podendo ser aplicadas em qualquer que seja a biblioteca, diferentemente dos arquivos, que cada arquivo tem sua peculiaridade, devido a estrutura do órgão gerador, por isso são regidos por princípios, e o princípio da proveniência que norteia o início da organização, tanto nos arquivos quanto nos museus.

A forma pelo qual o usuário tem acesso aos documentos, no arquivo permanente denomina-se descrição, na biblioteca e no museu denomina-se catalogação, conforme explica minuciosamente Bellotto:

[...] os catálogos em ficha, impressos ou online trazendo elementos descritivos da obra permitem que sejam identificados autor, título, local, editor, data de impressão e assunto ou assuntos. No museu os elementos são autor, título, forma, material, dimensões e especificidades. A descrição de documentos de arquivos permanentes, feita por meio dos chamados instrumentos de pesquisa (impressos ou virtuais), também permite a identificação do material. Das mais gerais e abrangentes (guias, quadros de fundos, relações) às mais específicas (inventários, catálogos, índices, catálogos seletivos, edição de fontes), essas publicações trazem os seguintes elementos: unidade criadora do documento, tipologia documental, autoria, função a que se refere, ação que traduz e data, conteúdo (se for o caso) e notação (cota, na terminologia arquivística portuguesa) de identificação e localização. Os museus também adotam instrumentos de pesquisa (guias, inventários e catálogos) [...]. Empregam normas próprias para a formatação dos verbetes que os compõem. (BELLOTTO, 2006, p. 40-41).

A catalogação e a descrição são as vias pelas quais os cidadãos chegam a um documento de arquivo, biblioteca e museu, sem eles a função disseminação ou difusão ficam prejudicadas, visto que seus documentos contendo informações e memória ficam invisíveis para a sociedade.

Por falar em cidadãos, devemos pensar no público desses lugares, os quais denominam-se de usuários. No arquivo, partindo da teoria das três idades, onde a primeira e segunda idades (corrente e intermediária) seu público é formado pelo produtor do documento, isso envolve administradores, gestores, empresários ou cidadãos que tem relação com tais documentos. Já o arquivo de terceira idade (permanente) o público é historiador, pesquisador como jornalistas, sociólogos, antropólogos etc., além de cidadãos em busca de algum direito ou curiosidade. Na biblioteca o público é bem diverso, pesquisador que pode ser professor, acadêmico ou pesquisador profissional e o grande público, desde estudantes até o cidadão comum. O museu tem o mesmo tipo de público da biblioteca.

Bellotto (2006, p. 43) realiza um quadro comparativo que facilita a visualização das características que aproximam e diferenciam arquivo, biblioteca e museu, o qual é reproduzido de forma adaptada aqui:

Quadro 1 - Arquivo, biblioteca e museu

	Arquivo	Biblioteca	Museu
Tipo de suporte	manuscritos, impressos, audiovisuais, exemplar único	impressos, manuscritos, audiovisuais, exemplares múltiplos	objetos bi/tridimensionais, exemplar único
Tipo de conjunto	fundos; documentos unidos pela Proveniência (origem)	coleção; documentos unidos pelo conteúdo	coleção; documentos unidos pelo conteúdo ou pela função
Produtor	a máquina administrativa	atividade humana ou coletiva	atividade humana, a natureza
Fins de produção	administrativos jurídicos, funcionais, legais	culturais, científicos, técnicos, artísticos, educativos.	culturais, artísticos, funcionais
Objetivo	provar, testemunhar	instruir, informar	informar, entreter
Entrada dos documentos	passagem natural de fonte geradora única	compra, doação, permuta de fontes múltiplas	compra, doação, permuta de fontes múltiplas
Processamento técnico	registro, arranjo, descrição: guias inventários, catálogos, etc.	tombamento, classificação, catalogação, fichários	tombamento, catalogação, inventários, catálogos
Público	administrador e pesquisador	grande público e pesquisador	grande público e pesquisador

Fonte: Adaptado de Bellotto (2006, p. 43).

Diante do quadro comparativo e o exposto anteriormente, observa-se que, não é o suporte documental, como manuscrito ou impresso, nem o seu formato, como avulso ou encadernado, nem as suas dimensões como bi ou tridimensional que vão definir se é documento de arquivo, de biblioteca, de museu, mas sim a sua gênese e função.

Diante disso, compreende-se que arquivo, biblioteca e museu têm fronteiras bem definidas, não devemos tratá-los como se tudo tivesse no mesmo plano de conhecimento e técnica, uma vez que são sistemas sociais com seus ambientes e características próprias e as tentativas de integração devem ser feitas com respeito a diversidade e a singularidade de cada uma delas.

4.1 O INTER-RELACIONAMENTO ENTRE DOCUMENTOS DE ARQUIVO, BIBLIOTECA E MUSEU NO MEMORIAL

O fato de o memorial ter como característica o acervo híbrido composto por documentos do gênero arquivístico, bibliográfico e museológico, estamos diante de unidades de informação diferentes, por isso a necessidade de abordagens específicas para cada tipo de documento, destacando a disciplina relacionada. Os documentos arquivísticos devem ter tratamentos de acordo com a Arquivologia, os documentos bibliográficos de acordo com as técnicas da Biblioteconomia e a documentação museológica de acordo com as técnicas e práticas da Museologia.

É comum visualizar que dependendo da formação dos profissionais que coordenam esses lugares a tendência por determinados princípios teóricos e práticos de uma única e determinada área. Se o acervo é híbrido há uma necessidade de multidisciplinaridade da gestão desses espaços, como por exemplo, os documentos de arquivo quando são submetidos a exposições em um memorial não podem perder sua natureza orgânica e sua vinculação ao fundo de origem, pois os fundos representam uma organicidade que uma vez fragmentada se perde o contexto e até mesmo a confiabilidade e a autenticidade dos documentos, conforme explicam Duarte, Ferreira e Oliveira (2013):

Compreendido o documento de arquivo na sua acepção, facilmente será também perceptível que ele não tenha significado enquanto entidade individual ou distante dos seus pares. Na realidade, é o contexto orgânico de produção dos documentos que lhes dá significado próprio que não pode ser deixado de lado. (DUARTE; FERREIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 304).

Mesmo que a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia tenham uma convivência pacífica, e que tenham em comum os objetivos que levam a suas composições, como a guarda, a preservação, a recuperação e disseminação da informação, cada uma possui questões epistemológicas autônomas, resultando em diferenças nas teorias e práticas, mas com

características e necessidades específicas em comum, “em vez de um reforço da construção de fronteiras e limites entre elas”, afirma Araújo (2014, p. 152).

Quando conhece e parte para o posicionamento de Luhmann (2006), sociólogo alemão, através da sua teoria dos sistemas, que parte dos conceitos de sistemas sociais e comunicação, misturando elementos próprios das ciências naturais e das ciências biológicas, pretendendo que sua teoria seja universal, capaz de abarcar tudo, pode-se tratar o memorial como um sistema.

Considerando arquivo, biblioteca e museu como sistemas, Araújo (2018, p. 67), afirma que sistema é um termo muito utilizado no cotidiano dos indivíduos para designar algo relacionado com organização, e, particularmente, com tudo que esteja ligado aos “serviços informáticos”. Desse modo, Houaiss e Villar (2009, p. 1754) dizem que sistema é o “conjunto de elementos, concretos e abstratos, intelectualmente organizados”. Por outro lado, Robredo (2003, p. 106-107), nas suas análises sobre a Ciência da Informação e os Sistemas Humanos de Informação define sistema como “conjunto que funciona como um todo em virtude da interação de suas partes ou, mais simplesmente um ‘pacote’ de relações”.

Vale ressaltar que essas definições são oriundas da teoria geral dos sistemas, idealizada pelo biólogo alemão Ludwing Von Bertalanffy introduzida no ano de 1968, para entender aspectos relacionados com a classificação biológica. Embora essa teoria tenha sido generalista, ela se aplica a diferentes realidades, tornando possível pensar de forma sistêmica, independente da área em questão. Segundo Kunzler (2004, p. 123-124), “[...] essa generalidade contraria o tradicional pensamento acadêmico, que não acredita que uma única teoria possa de modo eficaz, analisar diferentes esferas sociais.” Mas, Luhmann (2006) acreditava, e a sua teoria pretendia ser universal, abarcando tudo que existe.

Portanto, a teoria tradicional de Bertalanffy, concebia os sistemas como um todo que se compõe de partes e que é parte de um todo. Isso é refletido no poema “Ao Braço do Mesmo Menino Jesus Quando Apareceu” de Gregório de Matos (1636-1696) que diz:

O todo sem a parte não é todo,
A parte sem o todo não é parte,
Mas se a parte o faz todo, sendo parte,
Não se diga, que é parte, sendo todo [...] (MATOS, 1990, p. 307).

No poema citado, pode se compreender que há uma mudança de perspectiva das partes para o todo, pois os sistemas são agrupamentos integrados, cujas suas funcionalidades não podem ser reduzidas as partes, suas características são atributos do todo e não das suas partes. Transferindo isso para o memorial, compreende-se que um memorial para ser memorial, um sistema com suas propriedades, depende das suas partes, sem elas não são memoriais.

Luhmann (2006) se preocupou com a complexidade do mundo e a sua teoria sistêmica propõe a redução de complexidades abandonando a perspectiva tradicional do todo constituído por partes, introduzindo uma referência explícita ao ambiente:

A noção de ambiente não implica somente que algo mais existe fora do sistema em estudo. Não se trata de distinguir entre aqui e em qualquer outro sítio. A nova tese, em vez disso, propõe o seguinte: as estruturas e processos de um sistema só são possíveis em relação a um ambiente, e só podem ser entendidas e estudadas nesta relação. Assim é, pois só por referência a um ambiente é possível distinguir (num sistema dado) algumas funções como um elemento e outras funções como uma relação entre elementos. Exagerando um pouco, podemos até dizer que um sistema é a sua relação com o seu ambiente ou que é a diferença entre sistema e ambiente (LUHMANN, 2006, p. 99-100).

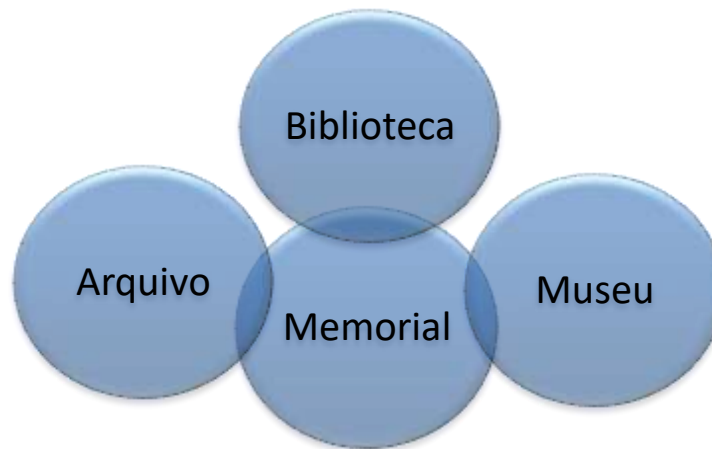
O ambiente pode ser compreendido como a particularidade que envolve e influencia o sistema. Todo ambiente apresenta para o sistema inúmeras possibilidades, por isso o sistema seleciona algumas possibilidades que lhe dão sentido de acordo as atividades que desempenha, tornando-se um ambiente menos complexo para aquele sistema. “Para dar conta da complexidade interna, o sistema se autodiferencia” (KUNZLER, 2004, p. 125).

Segundo Kunzler (idem), “o sistema não tem uma estrutura imutável que enfrenta um ambiente complexo. É condição para esse enfrentamento que o próprio sistema se transforme internamente, criando subsistemas”, onde cada subsistema gerado dentro do sistema tem seu próprio entorno. Para Luhmann (2006), “sistema é a relação com seu ambiente”, e ele se organiza de forma hierárquica com subsistemas que se interagem. Em Luhmann, a complexidade está no exterior do sistema.

Para Luhmann (2006), os sistemas podem ser: mecânicos, psíquicos e sociais. Os mecânicos são incapazes de produzirem, ou seja, não são autopoieticos, para manterem-se precisam do ambiente. Segundo Luhmann (2006, p. 44) “os sistemas autopoieticos são aqueles que por si mesmos produzem não apenas a sua estrutura, mas também os elementos que os constituem [...]”. O sistema psíquico é o indivíduo e a sua consciência, é autopoietico, pois produz, se adapta, se estrutura, e se transforma de acordo o ambiente que está inserido. E por fim, os sistemas sociais, compostos de sociedade, organizações e comunicação, também considerados autopoieticos.

Diante da classificação da teoria sistêmica Luhmanniana, o memorial é um sistema social, assim como os arquivos, as bibliotecas, os museus, e o seu ambiente que define suas características. Se pensarmos em sistemas psíquicos no memorial e vislumbramos as figuras dos gestores, pesquisadores, cidadãos etc., os sistemas mecânicos, as bases de dados, a segurança eletrônica e a conservação etc. Para ilustrar essa abordagem, vejamos a figura 1:

Figura 1 – Memorial como sistema e seus subsistemas



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O sistema social memorial no círculo central, segundo a teoria sistêmica de Luhmann, é uma autodiferenciação dos sistemas sociais arquivo, biblioteca, museu, pois é um sistema com novas funcionalidades e o entorno são os sistemas sociais tradicionais, o arquivo, a biblioteca e o museu que para o memorial são subsistemas que devem ocorrer integração e compartilhamento de princípios e normas, bem como de documentos e informações, mesmo em ambientes diferentes. Os acervos não estão juntos fisicamente, mas possuem vínculos.

O grande equívoco que ocorre ao implementarem um memorial é querer ignorar a existência das tradicionais “instituições de memória” ou dos tradicionais “lugares de memória” e tratar todos os tipos documentais como se tudo estivesse no mesmo plano de conhecimento e técnica. É conveniente distingui-los pelo tratamento que cada ciência faz com o documento e a informação. Do exposto anteriormente, percebe-se a importância de se constituir nos memoriais um acervo enriquecido de “memórias” oriundas de diferentes “lugares de memória”, em vista da necessidade de tratamentos distintos para cada tipo de documento e informação, como explica Almeida (2016, p. 167):

No processo de tratamento da informação bibliográfica, os dados principais sobre o documento são extraídos dele mesmo, com algumas exceções, como no caso de obras raras e especiais. Em relação à documentação de um objeto ou de uma obra de arte, os dados são, muitas vezes, externos à obra: sua origem, o histórico de suas exposições e de processos de restauro, dados sobre seus autores, etc. Já no caso do arquivo, importam não apenas as informações encontradas no próprio documento, mas, sobretudo, no conjunto de que faz parte – a unidade de tratamento que é aqui privilegiada é a série documental e não o documento. Por essa razão, uma das mais importantes operações do arquivo é a busca de informações que estão fora do documento, no contexto dado pelo conjunto documental, complementado por pesquisa. (ALMEIDA, 2016, p. 167).

Um memorial vai estar na sintonia de memória, mas deve-se recorrer às ferramentas metodológicas da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia, para garantir a credibilidade das ações, ou seja, aspectos que garantam a qualidade e a autenticidade dos documentos sob sua responsabilidade e das informações que veicula. Segundo Luhmann (2006, p. 113), pensar no alto grau de autonomia dos subsistemas torna-se imperioso, uma vez que tais necessidades completamente heterogêneas só podem ser satisfeitas em domínios sociais separados. [...] Em todos os sistemas diferenciados cada subsistema tem só três referências de sistemas: a sua relação com o sistema circundante global, a sua relação com os outros subsistemas e a sua relação consigo próprio. [...] (LUHMANN, 2006, p. 112).

Portanto, um sistema não pode ser autossuficiente no universo da sociedade. Transferindo esse pensamento para um memorial, ele também não deve ser, pois precisa interagir com os subsistemas de arquivo, biblioteca e museu. Por isso, Silva e Ribeiro (2002) explicam o sistema da seguinte forma:

Se por um lado, o sistema torna-se uma unidade na multiplicidade dos seus componentes; por outro, as partes perdem, no sistema, a sua individualidade, tornando-se igualmente essenciais na formação da unidade, o que permite compreender que embora os elementos de um sistema percam a sua individualidade, porém estes são fundamentais para a formação da unidade como um todo, ou seja, o sistema como uma estrutura complexa depende da relação e inter-relação entre os seus elementos para poder existir. (SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 96).

Partindo do princípio de que um memorial é um sistema podendo ser órgão referenciador, ou seja, não reúne materialmente documentos, mas referencia-os, essa integração com o arquivo, biblioteca e museu, isto é, as partes do sistema, é de fundamental importância para produzir conteúdo de memória em outras linguagens e informar ao seu público. Mas o memorial também pode ser colecionador, ou seja, reunir de acordo seus objetivos documentos de gênero arquivístico, de bibliográfico e museológico, sendo indispensável compreender as distinções de metodologias e técnicas, condizentes a cada área.

Porém, com o avanço da área da Tecnologia da Informação e Comunicação arquivo, biblioteca e museu são impactados, as instituições passam a reunir documentação de variada natureza no ambiente digital. Essa nova realidade tende aproximar as áreas de arquivo, biblioteca e museu por meio da criação de instituições como o memorial. As autoras Bárbara Neves e Maria Célia Padilha (2012), afirmam que:

O momento contemporâneo tem sido caracterizado pela rapidez da disseminação das informações, proporcionada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), consolidando a então chamada sociedade da informação. Esse é um fenômeno comum a todos os eixos - de ordem econômica, social, política e cultural -, o que leva a

perceber que as transformações oriundas desse contexto afetam de maneira profunda pessoas e organizações. (NEVES; PADILHA, 2012, p. 39).

Portanto, para as “instituições de memória” ou os “lugares de memória” a Tecnologia da Informação e Comunicação traz diversas transformações, desde o rompimento de barreiras do ambiente físico, tendendo a ser mais livre de restrições de uso dos fundos e das coleções, seja na forma de atendimento do seu público, bem como nas mudanças de linguagens utilizadas. A esse respeito, a autora Rosale Souza (2020), afirma que:

Como pontos em comum, essas instituições de memória têm os seguintes aspectos: a disponibilização da informação custodiada, o acesso aos documentos e informações, a normalização, a mediação, os instrumentos de pesquisa e as estratégias de busca. Concluindo, a sociedade da informação nos impele para relações interdisciplinares no fazer e no pensar entre áreas do conhecimento. (SOUZA, 2020, p. 15).

Para isso, é fundamental desenvolver e utilizar ferramentas como sistemas de informação, metadados, vocabulários controlados, entre outros instrumentos, que descrevam e representem os acervos, respeitando suas especificidades, de forma a garantir o acesso às informações, independente da natureza dos documentos, por qualquer tipo de usuário, bem como por diferentes níveis de recuperação.

Souza (2020), apresenta um quadro comparativo entre uma instituição de memória tradicional, como um arquivo, e uma instituição de memória contemporânea, como um centro de memória. O centro de memória é caracterizado por possuir um acervo híbrido, que inclui documentos de arquivo, biblioteca e museu, semelhante a um memorial, que é o foco deste estudo. Essas semelhanças foram discutidas anteriormente.

Quadro 2 – Quadro Comparativo entre Arquivos e Centros de Memória

ARQUIVOS	CENTROS DE MEMÓRIA
<p>Entidades – Públicas e privadas</p> <p>Princípios arquivísticos - Proveniência, respeito aos fundos documentais, ordem original, territorialidade</p> <p>Recolhimento - sistemático</p> <p>Produção documental – Há interferência do arquivista</p> <p>Classificação Arquivística – Estrutural ou funcional, mas a maior incidência é por classificação funcional</p> <p>Avaliação – Por conjunto documental Destinação – Por conjunto documental Descrição – Utiliza normas de descrição Difusão – sites, facebook, blogs, twitter, etc</p> <p>Usuários – administradores, historiadores, cientistas sociais, público em geral;</p> <p>Profissionais envolvidos: arquivistas, bibliotecários, administradores, historiadores, cientistas sociais</p>	<p>Entidades – Públicas e privadas, mas há maior incidência em organizações privadas</p> <p>Princípios arquivísticos - Proveniência, procedência (origem), respeito aos fundos documentais, ordem original, territorialidade</p> <p>Classificação arquivística - funcional</p> <p>Organização - por séries documentais</p> <p>Recolhimento/aquisição – assistemático</p> <p>Descrição – normas de descrição próprias da instituição</p> <p>Difusão – sites, facebook</p> <p>Usuários – profissionais de marketing e propaganda, administradores, historiadores, cientistas sociais, público em geral.</p> <p>Profissionais envolvidos - bibliotecários, administradores, historiadores, cientistas sociais</p>

Fonte: (SOUZA, 2020, p. 12)

Pela característica semelhante dos centros de memória com os memoriais, exploraremos um pouco mais as comparações entre arquivos e centros de memória com base no quadro comparativo de Souza (2020, p. 12):

As comparações sobre as “entidades”, observa-se que tanto os arquivos e os centros de memória podem ser mantidos por entidades públicas e privadas. No entanto, a ênfase no centro de memória parece estar mais presentes em organizações privadas. Isso pode ocorrer porque as organizações privadas muitas vezes têm um interesse específico em preservar sua história e memória como parte de sua reputação ou como uma forma de se conectar com seus clientes, funcionários e público em geral.

Quanto aos “princípios arquivísticos”, tanto arquivos como centros de memória se baseiam em princípios arquivísticos essenciais, como proveniência, respeito aos fundos documentais, ordem original e territorialidade. Esses princípios garantem a integridade e segurança dos documentos, além de fornecerem um contexto importante para sua interpretação e uso.

Já a “classificação arquivística”, pode ser realizada de diferentes maneiras, embora a maior incidência nos arquivos é a classificação funcional, que organiza os documentos com base em suas funções e atividades, os centros de memória também podem adotar essa abordagem. Isso sugere que ambos os tipos de instituições consideram importante a organização dos documentos de acordo as atividades e funções que representam.

No “recolhimento e aquisição”, os arquivos tendem a seguir uma abordagem sistemática no recolhimento dos documentos, garantindo que os registros sejam coletados de forma organizada e natural. Já nos centros de memória, o recolhimento ou aquisição dos documentos parece ocorrer de forma assistemática, o que significa que eles podem receber documentos de maneira mais variada e ocasional. Isso pode refletir a natureza mais flexível e aberta dos centros de memória, que podem receber contribuições de diferentes fontes.

Enquanto a “descrição e difusão”, tanto arquivos quanto centros de memória se preocupam com a descrição dos documentos, mas podem adotar diferentes normas de descrição. Os arquivos geralmente seguem normas de descrição amplamente aceitas e utilizadas na sua área, enquanto os centros de memória podem ter suas próprias normas de descrição específicas. Quanto a difusão, ambos os tipos de instituições utilizam a internet, como sites e Facebook, para tornar os documentos e informações acessíveis ao público.

Quanto aos “usuários”, embora exista uma sobreposição de usuários entre arquivos e centros de memória, cada tipo de instituição pode atrair diferentes grupos de usuários. Os arquivos são frequentemente usados por administradores, historiadores, cientistas sociais e público em geral interessado em pesquisa acadêmica e profissional. Já os centros de memória

podem atrair também profissionais de marketing e propaganda, pois os documentos preservados podem ser valiosos para a criação de narrativas e para a construção de identidade de marca.

E por fim, as comparações entre os profissionais envolvidos em arquivos e centros de memória mostram diversos profissionais, como arquivistas, bibliotecários, administradores, historiadores e cientistas sociais, a presença de cada área de atuação pode variar dependendo das necessidades específicas de cada instituição e do foco do acervo mantido. Destaca-se no estudo comparativo a ausência de arquivistas em centros de memória.

É importante ressaltar que a ausência de arquivistas no quadro comparativo não significa que sua contribuição seja irrelevante ou desnecessária nos centros de memória. No entanto, podemos fazer algumas suposições para compreender por que os arquivistas não foram mencionados. Essas razões podem incluir falta de conhecimento sobre o papel do profissional, simplificação de quadro de profissionais envolvidos ou até mesmo a possibilidade de os centros de memória adotarem normas de tratamento documental que não se baseiam necessariamente em princípios e normas arquivísticas.

Mas Souza (2020, p. 15), conclui que “a sociedade da informação nos impele para relações interdisciplinares no fazer e no pensar entre áreas do conhecimento”. Por isso, parece evidente que os novos “lugares de memória”, como o memorial, impactados pelas tecnologias digitais, promovem o inter-relacionamento entre documentos de arquivo, biblioteca e museu e por isso não devem ser exclusivos de determinados conhecimentos técnicos, são necessários conhecimentos multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares (MIT) e compartilhamento dos processos e sistemas. Um novo perfil da equipe de profissionais parece ser exigido.

Um grande desafio para as Ciências Sociais Aplicadas, para a Ciência da Informação, pois esses novos lugares possibilitam o debate e a construção de novas e integradas metodologias para o tratamento da informação. Acolher novos conhecimentos MIT disciplinares na teoria aparentemente é mais tranquilo, mas na prática não é fácil, pois não é só um desafio profissional e sim um desafio acadêmico e institucional.

4.2 DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE AS INSTITUIÇÕES MEMORIAL, ARQUIVO, BIBLIOTECA E MUSEU

Como exposto na subseção anterior, as ‘instituições de memória’ ou os “lugares de memória” têm todas em comum a guarda, a preservação e disponibilização dos documentos, das informações e conseqüentemente da memória, mas diferem quanto ao tipo de documento

que guardam e quanto aos procedimentos técnicos utilizados para organizar, classificar e descrever seus acervos.

O memorial enquanto instituição objeto deste trabalho, pode-se descrevê-lo como uma instituição híbrida, composta por documentos de gênero arquivístico, bibliográfico e museológico, mas devido essa sua hibridez não foram identificadas teoria e metodologia específicas para seu acervo, embora já sendo uma realidade como “instituição de memória” em órgãos públicos, empresas, universidades e famílias.

Do exposto anteriormente a área que mais se ocupou deles foi a Museologia, pois considera o memorial como um tipo de museu, por meio do Conselho Internacional de Museus que implementou, em 2001, o Comitê Internacional de Museus Memoriais (ICMEMO), mas a definição dada pelo ICOM/ICMEMO, é só uma base conceitual internacional para nortear as diferentes realidades de diversos países, como por exemplo, no Brasil, as realidades são mais abrangentes, como já foi visto aqui e por isso, discorda-se da aplicação de princípios e normas que regem a Museologia para todo o acervo de um memorial institucional.

Assim como o centro de documentação, o centro de memória e o centro cultural, o memorial é uma mistura do arquivo, da biblioteca e do museu, só que diferentemente dos demais, se aproximando mais dos museus, por seu caráter expositivo das homenagens e das celebrações, mas devem extrapolar o universo dos museus, embora o memorial tenha características expositivas, inclusive museal, ele não é ancorado num acervo, conforme destaca Axt (2012), além de terem o compromisso de ser constituído de documentação oficial e pessoal, ou seja “histórias oficiais e pessoais”, conforme já sinalizadas por Guedes e Issberner (2017).

Um memorial enquanto instituição poderá ser parte de um museu, como já acontece em alguns exemplos pelo Brasil e mundo, bem como o contrário, um memorial como complexo de memória poderá abrigar um museu. Caso isso aconteça, cada área deverá ter sua autonomia sistêmica e funções bem distintas, devido as diferenças conceituais, retomando Barcellos (1999) ao considerar que os memoriais estão a serviço do Estado e de uma instituição e os museus estão a serviço da sociedade, ancorado em um acervo de acordo com seu conteúdo ou função independente da sua vinculação institucional.

Com relação ao arquivo, um memorial também pode agregar o arquivo de uma instituição, refere-se aqui ao arquivo permanente, por questões teóricas e metodológicas, só poderia ele, visto que os demais arquivos, corrente e intermediário, abrigam documentos em trâmite e com restrições de consultas, fazendo com que esses documentos não devem estar no memorial, visto que difundir e expor é a razão de ser de um memorial. Mesmo sugerindo que um memorial pode abrigar um arquivo permanente, verifica-se que não seja o mais desejável,

devido as finalidades de cada um, por mais que um arquivo permanente tenha finalidades culturais também, mas a sua principal finalidade é probatória, com documentos oriundos de um processo de gestão documental, o qual o memorial normalmente não faz parte.

Entretanto, se acontecer a vinculação do arquivo permanente de uma instituição ao memorial deverá manter sua especificidade de modo a não fragmentar fundos e séries, bem como preservar a organicidade do seu acervo, características essas que tornam o documento de arquivo único e indivisível, conforme os princípios norteadores da Arquivologia.

A biblioteca também pode ser vinculada ao memorial de uma instituição, respeitando as especificidades de uma biblioteca, pois a biblioteca possui documentos originados das atividades culturais e científicas reunidos artificialmente pelo seu conteúdo, já o memorial retomando Barcellos (1999), é uma reunião de documentos com caráter institucional com fins culturais, mas isso não impede uma convivência pacífica entre esses espaços.

Pelo caráter múltiplo dos documentos de biblioteca, diferentemente dos arquivos e dos museus, há chances de duplicidade de documentos a respeito de acervos bibliográficos nos memoriais, se estes “lugares de memória”, biblioteca e memorial dialogarem, a união pode ser bem profícua, no sentido de não duplicar acervos, pelo fato de haver mesma documentação que se armazena em ambos os setores, evitando custos e desperdício de espaços analógicos (físicos) e digitais.

Essas afirmações não foram localizadas em referências científicas consolidadas, elas são embasadas a partir de outras instituições híbridas, como o centro de documentação e da experiência do campo empírico observada na experiência desta signatária no Memorial do Instituto Federal da Bahia.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste trabalho, utiliza-se como metodologia a abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos descritivos, e procedimento de pesquisa bibliográfica, documental e de contextualização deste estudo.

Optou-se pela abordagem qualitativa, porque ela “[...] preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais [...]” (SILVEIRA; CORDÓVA, 2009, p. 32), ou seja, parte dos significados subjetivos e sociais do objeto pesquisado.

Quanto à natureza, caracteriza-se por uma pesquisa de natureza aplicada, pois, segundo Silveira e Cordóva (2009, p. 35), “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses universais”; neste caso, o objeto é a implementação de memorial.

Estudos descritivos são mais adequados para esse tipo de pesquisa, a exemplo do estudo de opiniões e atitudes (GIL, 2007, p. 52), que é um descritivo teórico cujo referencial explicativo é baseado na Ciência da Informação. A pesquisa de objetivo descritiva, segundo Gil (2002, p. 42), tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno:

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. (GIL, 2002, p. 42).

O autor complementa que as pesquisas descritivas, em conjunto com as pesquisas exploratórias, são as mais realizadas por pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática, bem como as mais solicitadas por organizações (GIL, 2002, p. 42), como neste caso, uma pesquisa aplicada que envolve como campo empírico uma instituição.

Para atingir os objetivos explicitados geral e específicos desta pesquisa, foram utilizados diversos recursos metodológicos. Inicialmente, foi realizada uma revisão de literatura sobre memória, lugares de memória, memória coletiva e memória institucional.

Para compreender e identificar as definições de memorial e diferenciá-lo de outras instituições similares de memória, foi realizada pesquisa bibliográfica, ou seja, uma revisão de literatura nas ciências humanas e sociais, recorrendo-se a autores nacionais e internacionais para melhor compreensão.

Para identificar a existência e as realidades de memoriais no Brasil, foram utilizados dois procedimentos. Inicialmente, uma pesquisa quantitativa e descritiva na internet com consulta ao Cadastro Nacional de Museus do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), ao Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) e ao Cadastro Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), somente com o uso do verbete “memorial”.

Posteriormente, verificada a existência de diversos memoriais no Brasil, foi feita uma pesquisa em sites institucionais com conteúdo descritivo de alguns desses memoriais com o intuito de buscar informações mais detalhadas sobre os objetivos e ações realizados por eles, para então poder agrupá-los, resultando em três categorias: memoriais de homenagens, memoriais agregativos e memoriais corporativos.

Dos dados supracitados e da revisão de literatura foram extraídos elementos para relacionar os memoriais aos centros de documentação, centros de memória e centros culturais. A revisão de literatura também aconteceu com as relações entre memorial, arquivo, e biblioteca e museu.

Uma vez com os dados encontrados e analisados, optou-se por traçar o inter-relacionamento dos documentos de arquivo, biblioteca e museu no memorial por meio da revisão de literatura, especificamente abordando a teoria sistêmica de Nicklas Luhmann (2006), a qual adequa-se à Ciência da Informação, tratando o memorial como um sistema e o diálogo com os seus subsistemas.

Para compreender as características e objetivos de um memorial, foram realizados procedimentos de estudo de caso do Memorial do Instituto Federal da Bahia (IFBA). Sobre esse método de pesquisa, Yin (2001, p. 21) afirma que “[...] o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos.”; sendo que o objeto nesse procedimento é sempre analisado em profundidade e com o máximo de informações e detalhes possíveis.

O estudo de caso requer a familiarização do pesquisador com o universo a ser investigado. O primeiro passo, então, consistiu em uma revisão da bibliografia e literatura disponível, buscou-se o embasamento teórico e conhecimento do Memorial do IFBA, seus documentos e informações relevantes à investigação.

Essas revisões tiveram o objetivo de conhecer a história do Memorial, desde o momento das primeiras iniciativas de criação até os dias atuais. Ao buscar a história desse lugar, procurou-se observar como foi sendo definido o seu perfil, a sua política de atuação e conhecer

a relevância do Memorial do IFBA para a memória institucional da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica da Bahia.

Por fim, foram levantados documentos sobre a criação, a estrutura, os objetivos, acervos e os serviços do Memorial do IFBA. Esses dados formaram a tabela do Apêndice, utilizada para análise do processo de criação e implementação de um memorial e do Memorial do IFBA em estudo. Como conclusão, realizou-se uma síntese dos resultados em que se apresenta a compreensão dos aspectos conceituais de um memorial e que tipo de característica e objetivos tem um memorial por meio do estudo de caso do Memorial do IFBA.

6 O MEMORIAL DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA (IFBA)

O Memorial do Instituto Federal da Bahia é um “lugar de memória” voltado à memória institucional, sua trajetória surge de ações isoladas, de professores e técnicos administrativos do Instituto. Surgiu como uma iniciativa de manter viva a chama do passado por meio da criação de um setor que tratasse da memória histórica da instituição, proposto pelo professor de História, José Silva Lessa e pela Coordenação de Comunicação Social, sob a gestão da Bibliotecária Eliana Souza Lago.

Os primeiros passos surgiram com a edição da Portaria nº 157, de abril de 2002, assinada pelo Diretor Geral Rui Pereira Santana, instituindo o Núcleo Memória Histórica do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia, ligado à Coordenação Técnica de Comunicação Social e Atividades Comunitárias (CCS) (LESSA, 2002, p. 5).

A partir da criação do Núcleo, o professor Lessa iniciou uma árdua pesquisa, baseada em consultas aos documentos antigos e atuais, diálogos diversos e o resultado deste trabalho é a publicação do livro: “*Cefet-Ba - Uma resenha histórica: da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológica*”, de autoria do professor Lessa, tornando-se uma das mais importantes fontes de pesquisa sobre a memória institucional.

Entretanto, essa iniciativa não foi continuada, por várias razões, dentre elas a ausência de uma política de gestão de documentos e política de memória, bem como não serem prioridades para os gestores do Instituto, e em particular a ausência de recurso humano especializado para lidar com o acervo, por isso, apesar das iniciativas da comunidade de preservar a memória, o núcleo foi desativado.

Posteriormente, durante o ano de 2009, em todo o Brasil, sob a coordenação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, foram realizados vários eventos para celebrar o Centenário da Rede Federal Educação Profissional e Tecnológica, da qual o IFBA faz parte, culminando com o Fórum Internacional da Educação Profissional e Tecnológica. No referido Instituto, foi reativado o Núcleo de Memória para organização do evento e seleção do acervo.

Como produto das celebrações do Centenário da Rede Federal, o IFBA lançou o livro *Cem anos de educação profissional no Brasil - História e memória do Instituto Federal da Bahia: 1909-2009*, organizado pelas professoras Virlene Cardoso Moreira e Vera Bueno Fartes, respectivamente do Departamento Acadêmico de História do IFBA e da Faculdade de Educação da UFBA, com o objetivo de reunir e divulgar a história do Instituto. Nessa memorável produção, as professoras relatam:

Este livro faz parte de nossas celebrações, representa um esforço em reunir e divulgar a história de uma Instituição que muito contribuiu para o desenvolvimento educacional, cultural, político, humanitário, social e econômico da sociedade baiana e brasileira. Ressalte-se que é a história de uma Instituição que com certeza transformou muitas vidas ao longo de sua existência por ter sempre com objetivo um ensino de qualidade, público e gratuito. (FARTES; MOREIRA, 2009, p. 9).

Assim como o livro do professor Lessa (2002), o mencionado livro que trata do Centenário da Rede Federal, é uma das mais importantes fontes de pesquisa da história e memória do IFBA, ambas estão disponíveis na versão impressa nas bibliotecas dos *campi* do Instituto e no Memorial do IFBA, bem como na versão digital no menu publicações da página web do Memorial, <https://portal.ifba.edu.br/institucional/memorial/publicacoes>.

Após a celebração do Centenário foi reunido um acervo contendo documentos iconográficos (fotografias), documentos textuais, documentos audiovisuais, documentos sonoros, depoimentos (história oral) e objetos, reunidos em caixas de papelão, armários de aço de quatro gavetas, mas sem os devidos tratamentos, tornando-se uma significativa massa documental acumulada e espalhada pelo Instituto e em seus porões em virtude da realidade aqui já citada, da ausência de políticas, de profissionais capacitados e interesse da gestão.

Apesar da lacuna entre 2009, ano do centenário, até 2013, motivados pela celebração do centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, foi criada a Coordenação de Memória Institucional, vinculada a Gerência de Bibliotecas, através do Regimento Interno aprovado pelo CONSUP em 27/06/2013, subordinado a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional e Infraestrutura (PRODIN), como uma Coordenação do Sistema de Bibliotecas (SIB), com as seguintes atribuições:

A Coordenação de Memória Institucional, coordenada por um(a) coordenador(a), possui como atribuições: I. Armazenar os registros escritos, iconográficos e sonoros com historicidades afins; II. Preservar os patrimônios material e imaterial; III. Guardar e manter o acervo documental zelando pela sua qualidade, armazenamento e conservação; IV. Identificar e coletar os registros documentais baseando-se nos requisitos da qualidade expressos nas normas NBR ISO atualizadas e em instrumentos específicos; V. Realizar a manutenção patrimonial material na origem local; VI. Fazer a reprodução digital e catalogação em rede do acervo documental; VII Proceder com a recirculação da memória social (Mostras Itinerantes); VIII Organizar e administrar a parte ética e estética do Memorial; IX Fixar diretrizes que orientem o funcionamento do Memorial no que se refere à coleta, processamento técnico, cadastramento, arquivamento e disseminação da informação. (BRASIL, 2013, p. 43).

Entretanto, o Memorial do IFBA surge como uma Coordenação de Memória Institucional com diversas atribuições, e dentre elas aparece a palavra “Memorial”, ou seja, no documento que regulamenta a criação, há um ruído sobre a criação da Coordenação de Memória Institucional, pelo Instituto, a qual, como aqui já abordado, discutiu-se o conceito de memória

institucional, com as seguintes dúvidas: se a mencionada Coordenação engloba a instituição como um todo, ou se o Instituto criou um espaço misto; se possui o objetivo de ser um lugar de homenagem a uma personalidade, fato ou atividade; e qual é a compreensão, deveras, até aqui sobre a definição de Memorial.

Em 2014, o IFBA abre vaga de redistribuição de arquivista para fazer parte da implementação do seu “Memorial”, entretanto sem políticas específicas de seleção de acervo e de memória, bem como infraestrutura mínima, requisitos indispensáveis notados com a chegada da profissional arquivista, conforme sinaliza Almeida (2016, p. 165):

É indispensável, em qualquer das instituições de memória, a existência de uma política de formação e desenvolvimento de coleções. Em que pese a diversidade dos materiais que compõem os acervos de bibliotecas, arquivos ou museus, verificamos que, face à impossibilidade de preservarmos todas as obras, documentos e artefatos produzidos pelo homem, a preocupação básica que norteia essas políticas é a mesma: o que devemos preservar para a posteridade? (ALMEIDA, 2016, p. 165).

Por esse e por outros motivos, para o desenvolvimento ou a seleção de coleções de um memorial, os princípios teóricos e metodológicos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia devem ser levados em consideração. Sem políticas norteadoras e com diretrizes “soltas”, a profissional nomeada teve de empreender uma série de ações, dentre elas, discussões entre seus pares nos Encontros Nacionais e Regionais de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior e na Rede Arqifes, para implementação desse novo “lugar de memória”, atribuído como memorial.

Os debates foram iniciados no 3º Arqifes Norte e Nordeste - Fórum Regional de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), realizado em Fortaleza - CE, pela Universidade Federal do Ceará (UFC), por ter um memorial implementado e consolidado (figura 2), do qual esta autora fez parte da implantação entre os anos de 2011 e 2012 como primeira arquivista da referida instituição e do que viria a ser “Memorial da UFC”, abrindo portas para o profissional arquivista nesse novo espaço de memória, que até então, considerado, espaço de docentes e historiadores da universidade.

Figura 2 – Solenidade de abertura do 3º Arquifes, 2015



Fonte: Acervo UFC, Fotógrafo: Arlindo Barreto.

No ano de 2017, o IFBA, por meio da sua Coordenação de Memória Institucional / Memorial, sediou o 4º Arquifes Norte e Nordeste — Fórum Regional de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) —, o primeiro Instituto Federal a sediar o referido evento (figura 3), cuja organização e sede sempre estiveram a cargo das universidades. Além disso, o evento veio a se destacar também como a primeira vez a abrir espaço para uma mesa de debate totalmente voltada à discussão dos memoriais nas Ifes, denominada de Grupo de Trabalho 3 (GT3) — *Políticas de Preservação de Documentos: A Implantação de Memorial nas IFES*. O referido Fórum, além dos debates, deu visibilidade ao Memorial do IFBA internamente e alertou através da Carta de Salvador (ARQUIFES, 2017) a importância estratégica das atividades de memória para preservação e difusão, além da relação direta com a imagem institucional, por isso é importante que o memorial e unidades responsáveis por essas atribuições estejam nos organogramas institucionais como unidade estratégica de gestão e através da Portaria nº 2.190 de agosto de 2017 o Memorial do IFBA está subordinado e vinculado ao Gabinete da Reitoria, aguardando o Congresso Regimental para consolidar a alteração de vinculação.

Figura 3 - Solenidade de abertura do 4º Arquifes, 2017



Fonte: Acervo IFBA (2017)

Além da interferência na trajetória do Memorial do IFBA, o GT da Rede Arquifes, foi um marco para os estudos e discussões sobre memoriais nas Ifes, pois a partir dele, por meio da Carta de Salvador, documento produzido ao final do Fórum, no qual contém algumas recomendações, dentre elas, submeter ao Fórum Nacional, denominado de Encontro Nacional de Arquivistas das Ifes (Enarquifes), a proposta de criação de um GT sobre o tema Memorial nas Ifes (ARQUIFES, 2017). A proposta foi submetida e aprovada no Enarquifes sediado em Goiânia, no ano de 2019, no entanto, em plenária final, para abarcar todos os possíveis espaços de memória das Ifes, não somente os memoriais, o GT foi denominado de Memória Institucional das Ifes (ENARQUIFES, 2019), verificou-se que a aprovação da alteração não foi unânime, mas não deixa de ser uma oportunidade de estudo e discussão sobre o tema.

O GT e os debates evoluíram, mas ainda carecem de mais discussões, mas já se verifica um aumento de espaços nas Ifes com o nome de memorial, cada um com suas peculiaridades os quais ainda devem proporcionar ótimas pesquisas e novos conhecimentos. Enquanto isso, o Memorial do IFBA continua a realizar suas atividades seguindo diretrizes dos conceitos compreendidos sobre memorial, dos debates com os pares, com diretrizes de políticas institucionais e limitações da infraestrutura oferecida. O Memorial do IFBA fica situado na

Reitoria do Instituto Federal da Bahia, no bairro do Canela, em Salvador- BA, como veremos em seguida a história do edifício que abriga o Memorial.

6.1 O EDIFÍCIO

O atual edifício da Reitoria do Instituto Federal da Bahia (IFBA), onde está situado o Memorial do IFBA, é um prédio do antigo Colégio Marista, localizado em Salvador – Bahia, no bairro do Canela, região central da cidade e conta, através de sua estrutura física, um pouco da história de crescimento da cidade de Salvador, ou seja, além de abrigar a memória do IFBA, abriga a memória da sociedade soteropolitana.

Segundo Rocha (2013), os primeiros registros do edifício antes da aquisição para sede do Colégio Marista, fazem referência à segunda metade do século XIX, quando a burguesia de Salvador começou a se deslocar do Centro em direção aos bairros da Barra, Canela, Graça e Vitória. Localizado no Canela, era a residência da família Cerqueira Lima, existente desde, pelo menos, 1869.

Em 1906, o edifício foi comprado pelos Irmãos Maristas para abrigar as novas instalações do Colégio Nossa Senhora da Vitória (Colégio Marista).

Os Irmãos Maristas foram fundados em 1817, na França, voltados à educação religiosa de jovens. Ao longo dos anos, eles se disseminaram no mundo e, em 1900, o Congresso Católico da Bahia concluiu que existia a necessidade de estabelecimentos de ensino cristão no estado, logo, na primeira década do século XX, surgiram importantes instituições de ensino religioso em Salvador, dentre elas, o Colégio São Pedro, posteriormente denominado Nossa Senhora da Vitória, sob a gestão dos Irmãos Maristas, em 1904. (ROCHA, 2017, p. 167)

O local e o edifício escolhido estão situado na Rua do Canela, hoje Rua Araújo Pinho, no imóvel de nº 12, onde à época foram descritos como uma “[...] rua calma, afastada do movimento e a uns 300 metros da praça do Campo Grande; havia um vasto quintal, com bela casa, que poderia se transformar em um vasto prédio.” (ROCHA, 2017, p.168).

O antigo edifício possuía características neoclássicas. Entretanto, para atender ao novo uso, sofreu diversas alterações e acabou perdendo, quase que completamente, tais características. Suas reformas mais relevantes aconteceram durante as três primeiras décadas do século XX e, em especial, em 1971, com crescimento vertical e horizontal e construção de novos edifícios anexos.

Figura 4 – O edifício após a execução da primeira proposta de ampliação



Fonte: Mais de Salvador¹

Após inúmeras alterações sofridas ao longo do século, o edifício passou a incorporar diversos elementos físicos de épocas distintas. Entretanto, “prevalecem as características do início do século XX, período de transição entre a arquitetura tradicional eclética e a moderna, chamada por alguns estudiosos, de protomoderna” (ROCHA, 2013). Rocha (2013), complementa que alguns prédios escolares dos primeiros anos do século XX compartilham de mesma tipologia arquitetônica, atribuída à presença de fachada grandiosa, grande pátio interno, portas com bandeiras, janelas verticais grandes e pesadas, entre outras particularidades.

¹ Disponível em: <http://maisdesalvador.blogspot.com/2012/04/canela.html>. Acesso em: 23 jan. 2022.

Figura 5 – O edifício, 1918



Fonte: Revista Bahia Ilustrada (1918).

Figura 6 – A varanda lateral já existia, em 1927



Fonte: Acervo IFBA.

O edifício foi sede do Colégio Marista até 2008, quando foi transferido para o bairro de Patamares. Com essa mudança, surgiu uma polêmica: diferentes segmentos da sociedade começaram a se mobilizar por conta do interesse de uma empreiteira em comprar o lote para demolir a estrutura e construir torres de apartamentos. A Associação de Pais e Mestres do Colégio Marista de Salvador (Apamema), então, solicitou tombamento do edifício junto ao Instituto do Patrimônio Artístico e Cultura da Bahia (Ipac). O tombamento aconteceu ainda em 2008 e a empreiteira acabou desistindo da compra.

No final de 2008, o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (Cefet-BA) também passava por mudanças significativas. Por conta da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, transformou-se em IFBA e, dentre outras alterações, foi equiparado ao status das universidades federais, com a necessidade de constituir uma reitoria em espaço físico distinto dos *campi* para desenvolvimento das atividades administrativas. (BRASIL, 2008).

Figura 7 – Vista aérea do complexo onde funciona a Reitoria do IFBA, 2012



Fonte: Aline Rocha.

Figura 8 – Vista fachada do complexo onde funciona a Reitoria do IFBA, em 2017



Fonte: Acervo IFBA

Para atender a essa nova estrutura, o Governo Federal adquiriu, em novembro de 2009, o antigo prédio do Colégio Marista para a instalação da Reitoria do IFBA, que passou a funcionar no novo local a partir de 2010 e, conseqüentemente, passou a abrigar o seu Memorial Institucional a partir de 2014, ano da sua implementação.

Uma das características do Memorial do IFBA está relacionado ao espaço físico, por ser um prédio antigo e tombado o projeto de implementação do Memorial contempla vários espaços do complexo, desde corredores, halls, pátio e salas para determinados fins, como por exemplo, 1 sala para exposição de longa duração, 1 sala de armazenamento de acervo e consulta, mais 1 sala de reserva técnica, onde nesses espaços são mostradas as características desse “lugar de memória” e ações desenvolvidas.

6.2 CARACTERÍSTICAS E AÇÕES

Em 2014, quando foi iniciada a implementação do Memorial do IFBA, contando com uma equipe de 1 arquivista e 1 estagiário da área de relações internacionais, cedido do projeto encerrado Brasil-África, foram localizados alguns documentos reunidos em algumas caixas de papelão, bem como documentos e objetos dispersos em vários espaços do edifício da Reitoria, ou seja, ratifica-se o caráter híbrido do conjunto documental.

Inicialmente, foram identificados os fundos e as relações orgânicas desses documentos, mas foram observados que eram fragmentos aleatórios de um fundo, ou seja, foi feita uma seleção do que ia compor o Memorial do IFBA, por isso foram adotados os termos acervo e coleção para a documentação do Memorial. Acervo e coleção são termos correspondentes usados praticamente como sinônimos no senso comum. Esses termos, entretanto, apresentam características específicas que justificam o uso separado em determinadas áreas do conhecimento. Ambos derivam do latim e significam um conjunto de coisas ou objetos. São termos usados predominantemente nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

Segundo o Dicionário Caldas Aulete (ACERVO, 2020, *on-line*), acervo é qualquer “conjunto de bens, de propriedade pública ou particular, que compõem patrimônio”; enquanto coleção implica coesão entre os itens que a compõem. Coleção é, segundo essa publicação, “[...] um desses conjuntos, organizado, reunido pelo valor artístico, cultural, histórico, de seus componentes, ou por sua raridade, singularidade etc., ou pelo interesse do colecionador (coleção de selos, coleção de quadros).” (COLEÇÃO, 2020, *on-line*).

Conforme o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (CUNHA; CAVALCANTI, 2008), acervo é o “[...] conjunto de documentos armazenados e conservados em um arquivo ou conjunto de documentos conservados para o atendimento das finalidades de uma biblioteca: informação, pesquisa, educação e recreação.” Portanto, acervo costuma designar um conjunto geral com corpo mais amplo, muitas vezes constituído de vários documentos, que podem ser fundos ou coleções.

Nesse sentido, é importante diferenciarmos fundos e coleções. O mesmo Dicionário de Arquivologia e Biblioteconomia (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 177) diz que fundo é o “[...] conjunto de peças de qualquer natureza que qualquer entidade administrativa, qualquer pessoa física ou jurídica, reuniu automática e organicamente, em razão de suas funções ou de suas atividades [...]”, já coleção é a “[...] reunião artificial de documentos, sem relação orgânica,

agrupados de acordo com uma característica comum, tal como, entre outros, forma de aquisição, assunto, língua, suporte; ou conjunto de documentos que reúne itens de diversas proveniências.”

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005), fundo é o “conjunto de documentos de uma mesma proveniência”, reunidos naturalmente, e coleção é o “conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente”. Por conveniência, atribui-se fundos a arquivos e coleções a bibliotecas e museus. Em virtude do surgimento de “lugares de memória” com acervos híbridos, a determinação dessas denominações precisa ser mais bem discutida pela área, e de acordo com os conceitos trabalhados na presente pesquisa, percebe-se uma aproximação no que diz respeito ao termo acervo, que englobaria os fundos e as coleções.

Compreende-se que, se a documentação do memorial for naturalmente recolhida, deve-se adotar o termo fundo, mas se a documentação do memorial for artificialmente reunida, ou seja, selecionada por diversas razões, sem organicidade, deve-se adotar o termo coleção, independente da natureza do suporte. Sendo assim, o Memorial do IFBA utiliza o termo acervo para tratar da totalidade dos documentos custodiados, mas distingue o que é fundo e o que é coleção, entretanto, até o presente momento, possui em sua custódia somente coleções.

As coleções foram surgindo à medida que foi realizado o tratamento técnico da documentação com identificação, classificação ou catalogação e indexação. Conseguiu-se agrupar inicialmente pelo gênero documental: textual, iconográfico, audiovisual, sonoro, cartográfico, bibliográfico e tridimensional. Em seguida, os documentos foram agrupados pelo período e pela nomenclatura das diversas épocas da Rede Federal de Educação Profissional. Vejamos a seguir:

- Coleção Escola de Aprendizes Artífices da Bahia (1909 / 1936)
- Coleção Liceu Industrial de Salvador (1937 / 1941)
- Coleção Escola Técnica de Salvador (1942 / 1964)
- Coleção Escola Técnica Federal da Bahia – ETFBA (1965 / 1992)
- Coleção Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – Cefet/Ba (1993 / 2008)
- Acervo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA (2009 / Dias atuais)

Destarte, essas coleções vão ter todos os tipos de gêneros, os quais são separados fisicamente por questões de armazenamento para cada tipo de suporte. Porém, os documentos

são interligados pela vinculação a coleção. Segundo Almeida (2016), é importante destacar que as coleções devem apresentar coerência e sentido, não podem ser fragmentos aleatórios e desconexos de suas coleções.

Entretanto, quanto à documentação do IFBA, por estar em funcionamento (fundo aberto), o Memorial do IFBA adotou o termo acervo, por ficar aberto à possibilidade de receber o fundo e/ou as coleções, mas, como já foi dito anteriormente, até o momento só custodia coleções pela característica do Memorial ser um processo seletivo do que vai ser difundido.

Embora espaços como o memorial sejam mistos, constituídos de documentos de arquivo, biblioteca e museu, e a organização e difusão ou disseminação das informações sejam mais livres, e os usuários nem sempre querem saber qual a proveniência da informação, do documento ou do objeto a ser acessado, cabe ao memorial ser responsável pelo que disponibiliza, garantindo credibilidade, autenticidade das coleções e informações que divulga. Portanto, as técnicas e práticas de cada ciência deverão ser levadas em consideração para tratamento técnico dos documentos e informação, ou seja, os sistemas teóricos e metodológicos de arquivo, biblioteca e museu interagem com o sistema teórico e metodológico do memorial.

Um novo perfil parece ser exigido da equipe de profissionais para esse tipo de espaço, isto é, para responder às novas funções de gestão, acesso e difusão de um acervo híbrido, bem como às demandas ligadas às Tecnologias da Informação e Comunicação. Essa nova realidade tende a diminuir barreiras técnicas e a aproximar profissionais de arquivos, bibliotecas e museus.

Em relação ao corpo funcional, o Memorial do IFBA não tem corpo técnico multidisciplinar, pois somente dispõe em seu quadro 1 profissional com formação em Arquivologia. As questões teóricas e metodológicas de aplicação de procedimentos dos demais campos científicos são resolvidas trabalhando em colaboração, assim os documentos bibliográficos do Memorial são enviados para o Sistema de Bibliotecas do IFBA (SIB) para catalogação e indexação em plataforma *Pergamum*, que tem o Memorial como unidade desta plataforma. Na questão museológica, algumas ações são resolvidas com contratação de bolsista da área de Museologia e serviços contratados; no geral, há ausência desse tipo de conhecimento técnico.

Diante do que já foi apresentado, do ponto de vista conceitual, o Memorial do IFBA é definido como um lugar de seleção e difusão da memória institucional da Rede Federal de Educação Profissional na Bahia, composto por documentos de arquivo, biblioteca e museu, onde a seleção deve ser por critérios de acordo a política de gestão documental e a política de memória da instituição, mas na ausência destas políticas, os critérios têm sido políticos e promocionais. Já a difusão, conhecida como atividade secundária nos arquivos, mas a qual, no

memorial se torna primordial, é a atividade que segundo Bellotto (2006) é a que dá projeção ao acervo na comunidade:

Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador. Mas, para além dessa competência, que justifica e alimenta sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro. (BELLOTTO, 2006, p. 227).

As principais atividades de difusão das instituições de memória brasileiras são palestras, simpósios, lançamentos de obras, concursos temáticos, exposições, publicações e visitas guiadas e técnicas. No Memorial do IFBA não é diferente, as três últimas são as mais frequentes. As exposições possuem um alcance muito grande, e ainda funcionam como um dispositivo de mobilização da comunidade em prol da preservação da sua memória. Para o IBRAM (2017, p. 11), as exposições “são parte de um sistema de comunicação, com lógica e sentido próprios. Pretendem desempenhar um papel para representar e comunicar histórias, tradições, novidades, conhecimentos, modos de fazer e viver”.

As exposições podem ser de curta, média ou longa duração e, nesses casos, estão diretamente relacionadas ao tempo de permanência para visitação pública. Podem também ser itinerantes (aquelas que permanecem em um local e, depois de um determinado prazo, seguem para serem montadas em outro local). O tempo que uma exposição permanece em “cartaz” demanda diferentes orçamentos, estratégias de divulgação, usos e tipos de materiais expositivos, acarretando mais trabalho e mais custos. Esse tempo também vai determinar alguns cuidados com a conservação do acervo selecionado para a exposição. (IBRAM, 2017, p. 17).

Nesse sentido, foi realizada em 2015 a primeira exposição temporária do Memorial com as fotografias do acervo. O objetivo era contar a história da instituição através das imagens das fotografias (figura 9). O sucesso da exposição a transformou em itinerante sendo apresentada em vários *campi* do Instituto (figura 10) e em eventos que o IFBA organizou como por exemplo, a 74ª Reunião ordinária do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Conif (2017) – figura 11.

Figura 9 – Exposição temporária - A fotografia como suporte à memória na Reitoria do IFBA, 2015



Fonte: Acervo IFBA

Figura 10 – Exposição itinerante A fotografia como suporte à memória no Campus Camaçari, 2016



Fonte: Acervo IFBA

Figura 11 – Exposição itinerante A fotografia como suporte à memória na 74ª Reunião Ordinária do Conif, no foyer do Hotel Golden Tulip em Salvador-BA, 2017



Acervo: IFBA

Em 2016, através da contratação de empresa que realiza projetos expográficos, o Memorial obteve seu primeiro projeto de exposição de longa duração, mas por falta de recursos financeiros o projeto não foi executado, a partir daí o projeto tem sofrido algumas alterações sempre adequando as novas realidades para uma possível oportunidade de execução.

O projeto de exposição de longa duração do Memorial contempla vários espaços do complexo da Reitoria, desde corredores, halls, pátio e salas para determinados fins, como pode ser visto nas figuras 12, 13, 14 e 15.

Figura 12 – Projeto em 3D de Exposição de Longa Duração no corredor da Reitoria, 2016



Fonte: Acervo IFBA

Figura 13 – Projeto em 3D de Exposição de Longa Duração na área da escada da Reitoria, 2016



Fonte: Acervo IFBA

Figura 14 – Original do Projeto em 3D de Exposição de Longa Duração em sala da Reitoria, 2016



Fonte: Acervo IFBA

Figura 15 – Readequação do Projeto em 3D de Exposição de Longa Duração em sala da Reitoria, 2016. Acervo: IFBA Original do Projeto em 3D de Exposição de Longa Duração em sala da Reitoria, 2018



Fonte: Acervo IFBA

O conceito curatorial da exposição de longa duração reflete o objetivo do Memorial do IFBA, que é a ênfase na memória institucional, ou seja, retratar todas as suas vitórias e conquistas enquanto uma instituição de educação profissional e tecnológica, homenageando as suas instituições antecessoras. Preza no projeto uma descrição contextualizada dos documentos para que não sejam somente “documentos-monumentos” (LE GOFF, 2013, p. 485) e produzam contextualização sócio-histórica para geração de memória.

Em 2017, foi realizada outra exposição temporária de fotografias, com a temática dos esportes no IFBA para o evento Jogos Estudantis do IFBA – JIFBA (2017), esta exposição foi no formato de varal fotográfico, onde as fotos foram estruturadas numa rede de voleibol e apresentavam as diversas modalidades de esportes praticados no Instituto, com estudantes e professores em campeonatos e aulas. Percebe-se que o varal na rede de voleibol tornou o visitante mais próximo da coleção, de modo que ele pôde tocar, prender e desprender as imagens, apontar pessoas que eram reconhecidas, ou seja, trouxe identificação e pertencimento, conforme figuras 16 e 17.

Figura 16 – Exposição Esportes no IFBA: dos arquivos para a história, 2017



Fonte: Acervo IFBA

Figura 17 – Exposição Esportes no IFBA: dos arquivos para a história, 2017



Fonte: Acervo IFBA

Infelizmente muitos espaços de memória são difundidos somente a memória do poder, sem a participação dos diversos segmentos que compuseram a memória coletiva daquele lugar, mas se os memoriais surgem da necessidade de mudança de práticas no processo de musealização, ou seja, “que a experiência nesses espaços possa ser mais fluída, menos hierárquica e mais pessoal” (GUEDES; ISSBERNER, 2017, p. 442), cabe as instituições que possuem memorial a readequação.

Figura 18 – Inauguração da Galeria de Dirigentes na Reitoria do IFBA, jul./2018



Fonte: Acervo IFBA

Em 2018, o Memorial do IFBA inaugurou a sua Galeria de Dirigentes (foto 17); a instituição não fugiu de retratar a memória do poder, mas para agregar a essa memória do poder o poder da memória, a Galeria de Dirigentes do IFBA não pode ser estática e nem deve estar voltada apenas a homenagens e à monumentalização do passado, por isso foi realizado um longo trabalho de pesquisa para reunião de dados e documentos sobre os dirigentes e seus mandatos.

A monumentalização do passado faz com que lugares de memória sejam montados com uma roupagem definida sob um único ponto de vista, sem abertura para análise e desconstruções. Deve-se agregar a este lugar de memória mais ou menos estático a prestação

de serviços à comunidade e desenvolver no seu seio um fórum de reflexão sobre a instituição, ancorado no ferramental teórico e metodológico da pesquisa histórica e, enquanto acervo, reunir um conjunto de dados oriundos dos arquivos, da biblioteca e até mesmo do museu se houver, bem como dos elementos dispersos que não foram documentados.

Além das exposições, como difusão realizou-se também ação de publicação e em 2018, foi lançada publicação no formato de livro com participação da comunidade do Instituto através da seleção de artigos por meio de abertura de edital de extensão, o qual selecionou os artigos submetidos e estes compuseram o livro de título *Memórias, Educação e Produção do Conhecimento no Instituto Federal da Bahia*, organizado pela Arquivista do Memorial, Tassila Oliveira Ramos, do então Pró-reitor de extensão, José Roberto de Oliveira e a Pesquisadora em Educação Profissional, Professora da Faculdade de Educação da UFBA, Vera Lúcia Bueno Fartes (figura 19).

Figura 19 – Lançamento da publicação *Memórias, Educação e Produção do Conhecimento no Instituto Federal da Bahia* no Fórum Social Mundial, realizado em Salvador-BA, campus de Ondina da UFBA, 2018



Fonte: Acervo IFBA

Segundo Bellotto (2006, p. 229), “as publicações merecem uma consideração à parte”, devido serem canais de comunicação com o exterior, ou seja, com as publicações, pode se atrair novos públicos e fazê-los conhecer a instituição. Além de instrumentos de pesquisa – forma de disponibilizar o acesso ao documento - um “lugar de memória”, pode produzir outros gêneros de publicações, desde livro, manuais, edições de textos, edições comemorativas e biografias.

Em 2019, ano dos 110 anos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Conif solicitou ações dos integrantes da Rede em celebração aos 110 anos, nesse contexto, o Memorial promoveu mais uma exposição temporária, desta vez, sobre os uniformes usados ao longo dos 110 anos de história e memória (figura 20). Por não constar no acervo do Memorial os referidos uniformes, foram realizadas réplicas das vestimentas, por meio de miniaturas em biscuit de estudantes vestidos com os uniformes, tendo como referências as fotografias do acervo.

Figura 20 – Exposição Uniformes em comemoração aos 110 anos da Rede Federal Educação Profissional e Tecnológica, 2019



Fonte: Acervo IFBA

Essa exposição retornará em formato itinerante devido ao seu potencial de memórias afetivas que carrega e de possíveis assuntos que pode revelar, bem como será reestruturada para participação da comunidade com envio de depoimentos e imagens sobre o uso dos uniformes da instituição na vida deles.

Dentre as atividades da difusão, o Memorial do IFBA também possui as visitas guiadas e visitas técnicas, as quais são agendadas previamente pelo e-mail do Memorial e o grupo ou indivíduo poderá conhecer as instalações e o acervo com a mediação de um profissional, que no caso, é o arquivista responsável pela coordenação do Memorial, como pode ser visto na figura 21.

Figura 21 - Visita Técnica – Estudantes de Arquivologia da UFBA, 2018



Fonte: Acervo IFBA

Apesar de estar disponível para visitas guiadas, notou-se que elas não acontecem, não se tem registros dessas visitas, somente têm ocorrido visitas técnicas pelas características do público, que são estudantes do curso superior de Arquivologia da Universidade Federal da Bahia, docentes e discentes também dessa Universidade, para informações técnicas para

possíveis implementações de memoriais, e docentes e discentes do próprio IFBA, para também informações técnicas de exposição e implementação de memoriais de cursos e campus.

Acredita-se que a ausência de visitas guiadas para público não especializado se deva em grande parte à ausência de uma exposição de longa duração, pois as exposições de longa duração têm esse papel comunicativo de aproximar o cidadão comum dos espaços culturais, e com isso a instituição ganharia visibilidade, melhoraria sua reputação e, dependendo do público, conquistaria usuários, possíveis discentes e até mesmo profissionais com interesse de fazer parte da instituição.

Além das ações de seleção e difusão, o Memorial do IFBA reúne um acervo especializado na educação profissional e a memória institucional do Instituto distribuído em documentos diversos como livros de atas, portarias, programas de curso, estatutos, regimentos, livros de matrícula, jornais, boletins, revistas, livros, fitas VHS de eventos, DVDs com depoimentos, fotografias, efemérides, objetos como placas de homenagem, troféus, prêmios e equipamentos educacionais, os quais são tratados tecnicamente e disponibilizados para consulta e difusão. Dispõe também de um banco de dados que contém a relação de mais de 3550 itens do acervo, disponível para consultas *in loco*.

Esse tipo de acervo fica disponível para todo tipo de público, porém a grande maioria dos usuários do Memorial do IFBA é o público interno, caracterizado pelos setores e servidores técnico-administrativos que precisam de algum documento ou informação do memorial para complementar suas atividades, além de docentes que realizam pesquisas científicas, e um número menor ainda de usuários discentes que também tem no memorial uma fonte para suas pesquisas acadêmicas. Os usuários externos são em menor número e são egressos do Instituto, sempre em busca de algum documento como prova.

A partir de 2020, ano da pandemia da Covid-19, foi necessária uma mudança de foco de acervo, uma adaptação técnica e administrativa para oferecer tratamento técnico não somente aos documentos analógicos, inacessíveis no período pandêmico, mas aos diversos documentos digitais da instituição selecionados para o Memorial. Mas, para isso faz-se necessário tratamento técnico arquivístico, biblioteconômico e museográfico, com o uso de tecnologias da informação e comunicação.

Assim, por meio de buscas e estudos de algumas plataformas disponíveis para o perfil do Memorial, foi escolhido o Tainacan, um software que resulta de um projeto na Universidade Federal de Goiás, representado pelo grupo MediaLab e pelo Ministério da Cultura, no ano de 2014. O Tainacan, hoje, é utilizado como solução para a construção de acervos digitais em redes, portanto, diante de sua flexibilidade, consegue dialogar com as diversas fronteiras da informação

e documentação (MARTINS; SILVA; CARMO, 2018), ou seja, por ser um software *open source* ele é aderente a documentos de arquivo, biblioteca, museu e a metadados descritivos.

As plataformas digitais apresentam-se como recursos para o acesso, preservação, difusão e gestão de ações em informação. As tecnologias de informação e comunicação se mostram extremamente relevantes à consolidação da apropriação da informação nos contextos híbridos, ou seja, em espaços de memória que integram documento e/ou informação de arquivos, bibliotecas e museus, como o memorial.

O Memorial do IFBA funciona de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h. Oferece serviços como: consulta local do acervo; pequeno ambiente para consulta; equipamentos de audiovisual para acesso às fitas VHS e DVDs; consulta ao acervo através de banco de dados; cópia de material por meio da digitalização para fins de pesquisa; atendimento ao público e visitas técnicas e guiadas. A plataforma Tainacan ainda não está em funcionamento, quando estiver, possibilitará maior alcance, rompendo as barreiras físicas e geográficas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente que os lugares de memória, como o memorial, são nutridos por lugares tradicionais de memória (arquivo, biblioteca e museu) e, por isso, não devem ser exclusivos de determinados conhecimentos técnicos; são necessários conhecimentos híbridos, multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares (MIT) e compartilhamento dos processos e sistemas.

O grande equívoco que ocorre na implementação de memoriais é quando se quer ignorar a criação ou existência dos lugares tradicionais de memória e tratar todos os tipos documentais como se estivessem no mesmo plano de conhecimento e técnica, por isso é conveniente distingui-los mediante o tratamento que cada ciência dá aos documentos, conforme apresentado por Almeida (2016, p. 165-166):

O conjunto de atividades voltadas ao tratamento da informação das coleções recebem denominações diversas nas diferentes instituições. Em museus, usa-se mais frequentemente o termo documentação para o conjunto que envolve a catalogação, a classificação e os registros de pesquisa propriamente ditos sobre a obra de arte ou o objeto; em bibliotecas, chama-se de processamento técnico ou de tratamento da informação o conjunto de atividades que envolvem a catalogação, a classificação e a indexação do material e em arquivos, dá-se preferência a termos como inventário, arranjo, descrição e classificação. (ALMEIDA, 2016, p. 165-166).

Um memorial vai estar na sintonia de memória, mas se deve recorrer às ferramentas metodológicas multidisciplinares. Respeitadas as diferenças decorrentes da natureza diversa de cada gênero que dá entrada num memorial, alguns procedimentos vão ser muito semelhantes, por isso é importante a compreensão dos aspectos teóricos envolvidos no tratamento da informação tanto na Arquivologia quanto na Biblioteconomia ou na Museologia.

Constatou-se que os memoriais estão mais atrelados aos museus do que aos arquivos e bibliotecas, mas possuem perfis diversos, os quais podem ser agrupados da seguinte forma: aqueles com perfis de homenagem, assemelhando-se bastante aos museus ou fazendo parte de um museu; os com perfis agregativos, equiparando-se aos centros culturais; e, por fim, os com perfis corporativos / organizacionais, aproximando-se aos arquivos, centros de documentação e aos centros de memória.

A questão da definição do conceito de um memorial é bastante complexa, e pode variar dependendo do contexto e das práticas institucionais. Geralmente, um memorial é um espaço dedicado à preservação e celebração da memória, destinado a documentar, interpretar e

transmitir informações sobre pessoas, eventos, ideias ou instituições relevantes para uma comunidade específica.

No âmbito brasileiro, o termo memorial tem sido usado em muitas instituições de diversos ramos para designar a respectiva unidade de memória institucional. Segundo o CNJ (2021), muito mais importante que a nomenclatura atribuída à unidade de memória é a efetiva e eficiente gestão de memória por parte de cada instituição. Reforça-se que conhecer aspectos conceituais de cada nomenclatura seria o mais sensato e definiria objetivos, características e serviços de cada projeto de memória institucional.

Pelas características do que foi visto até aqui da memória institucional, compreende-se que essa memória produz esquecimento, pois elabora narrativas sobre a história de uma instituição e de seus integrantes por meio de processos seletivos. Por isso, a memória é também um instrumento e um objeto de poder (LE GOFF, 2013), bem como também instrumento de disputas de poder, uma vez que práticas de rememoração são lutas pelo domínio da recordação e do passado.

A Memória institucional compreende o conjunto de atividades que busca conservar a história das instituições e refletir os processos vivenciados por elas. Nesse sentido, destacam-se as operações que incluem a preservação, a pesquisa e o uso de documentos produzidos pela instituição. Por um lado, essas operações representam as atividades realizadas em determinado órgão e, por outro, refletem a época na qual foram praticadas e o espaço ocupado pela instituição na sociedade em diferentes períodos históricos. (CNJ, 2021, p. 87).

Nesse sentido, as políticas de seleção, que, no caso na gestão de documentos, é a avaliação, e as políticas de memória devem ser construídas por um coletivo e baseadas em critérios teóricos e metodológicos e que possam responder “Para quê? Como? E para quem?” realizar projetos de memória.

De acordo com o campo conceitual, compreende-se que o objetivo seja o “Para quê?”, isto é, realizar um projeto de memória institucional como mais uma ferramenta de gestão, que poderá fornecer dados e informações sobre a história da instituição, fortalecer a identidade institucional, produzir legitimação, melhorar sua reputação e demonstrar responsabilidade histórica e social. Já o “Como?” refere-se ao meio de preservação, de pesquisa e usos dos documentos da instituição. E o “Para quem?” aponta para a figura dos colaboradores, servidores, prestadores de serviço, estudantes, pesquisadores e o cidadão, de modo que para cada público as estratégias sejam diferentes, conforme os diversos interesses e motivações desses usuários.

A entrada de documentos em um memorial ou em um projeto de memória institucional pode ser por seleção e implicitamente também por avaliação, fase da gestão de documentos, e por outros meios, como a entrada por doação e compra, o que se compreende como entrada artificial e a entrada por meio de produção, em que o projeto de memória institucional produz conteúdos baseados em suas fontes.

Os usos de um projeto de memória institucional são inúmeros, como observou-se no campo empírico desta pesquisa, o Memorial do IFBA. Por exemplo: as publicações, as pesquisas científicas e acadêmicas, as exposições, as visitas técnicas, as visitas guiadas, o turismo, o marketing, o endomarketing, a comunicação, o fale conosco ou ouvidoria, os bancos de dados e/ou os repositórios digitais.

Para plena implementação de um memorial ou de um projeto de memória institucional faz-se necessário envolvimento da alta gestão; ele deve ser instituído por ato normativo próprio da instituição; criação de um grupo gestor, formado por membros da alta direção e da equipe técnica; montagem de uma equipe multidisciplinar; haver colaboração de outras áreas que não farão parte da equipe; instituir ambientes físico e virtual de preservação e divulgação de informações relativas à memória; possuir reserva técnica, área de tratamento técnico; área de armazenamento e área de atendimento (consultas e pesquisas); espaço expositivo; auditório ou sala de acolhimento; equipamentos técnicos; instrumentos técnicos; definição de plataforma de banco de dados e laboratório de conservação e restauração.

Pelo porte das suas ações, pela memória que representa e pelo desejo de melhorias das suas atividades, o Memorial do IFBA tem condições de dedicar-se sobre as dificuldades aqui levantadas podendo encontrar sua definição e propor soluções embasadas nos referenciais aqui abordados.

Gerir a memória de instituições é tarefa complexa, pois o conjunto de ações e práticas abrange vários campos de conhecimento e é exercido por vários setores da mesma instituição, que muitas vezes não interagem entre si, por isso que aplicar a teoria sistêmica é fundamental para gerar interlocução entre esses setores.

Com efeito, esses conjuntos documentais e informacionais gerados e mantidos por uma sociedade transcendem naturezas funcionais e legais e alcançam um sentido testemunhal e transmutacional em dados de memória. Por isso, o memorial ou um projeto de memória institucional jamais pode ser considerado concorrente dos lugares tradicionais de memória, eles podem ser um impulsionador de ações de cunho informacional de fontes oriundas de arquivo, biblioteca e museu.

Espera-se com esta pesquisa contribua com novas investigações sobre o conceito de memorial e o trabalho de projetos de memória institucional e em específico de memorial, tema ainda pouco explorado, portanto, estudo aqui não esgotado.

REFERÊNCIAS

ACERVO. *In*: CALDAS Aulete Digital. Rio de Janeiro: Lexicon, [2020]. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/acervo>. Acesso em: 13 ago. 2020.

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. Bibliotecas, arquivos e museus: convergências. **Revista Conhecimento em ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 162–185, 2016. DOI <https://doi.org/10.47681/rca.v1i1.2737>. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/2737>. Acesso em: 25 jan. 2022.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

ARAÚJO, Francisco de Assis Noberto Galdino de. **D4SiMem: uma proposta de digitalização para instituições de memória**. Natal, RN: EDUFRN, 2018. E-book. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26233>. Acesso em: 8 jul. 2019.

ARQUIFES, **Carta de Salvador: IV Fórum Regional de Arquivistas das IFES do Norte e Nordeste**. Salvador, IFBA, 2017. Disponível em: <http://4arquifesne.blogspot.com/p/carta-de-salvador.html>. Acesso em: 8 jun. 2020.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

AXT, Gunter. A função social de um memorial: a experiência com memória e história no Ministério Público. **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 12, n. 24, p. 64-89, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/2338/1395>. Acesso em: 5 nov. 2019.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier; DODEBEI, Vera. Informação e Memória. *In*: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). **Memória: interfaces no campo da informação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

BAHIA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, ano II, n.12, 1918.

BARCELLOS, Jorge. **O Memorial como Instituição no Sistema de Museus: conceitos e práticas de um conteúdo**. Versão modificada da palestra apresentada no Fórum Estadual de Museus, Porto Alegre, 1999.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 dez. 2008. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 26 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal da Bahia. **Regimento Geral do IFBA**. 27/06/2013. Salvador, 2013. p. 1-126. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/institucional/consup/regimento-geral-ifba-retificado-24-jan-2022.pdf>. Acesso em: 24 maio 2022.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centro de memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Edições Sesc, 2015.

CHAUÍ, Marilena. Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico. *In*: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). **O Direito à Memória**. São Paulo: SMC, 1991.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). Comitê Internacional de Museus Memoriais (ICMEMO). **Rules of the International Committee of Memorial Museums for the remembrance of victims of public crimes**. Barcelona, 2001. Disponível em: https://icmemo.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/17/2019/01/rulesIC_MEMO.pdf. Acesso em: 4 set. 2019.

COLEÇÃO. *In*: CALDAS Aulete Digital. Rio de Janeiro: Lexicon, [2020]. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/cole%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 13 ago. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos. [S. l.], 8 set. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/cadastro-nacional-de-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos>. Acesso em: 27 abr. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Manual de gestão de memória do poder judiciário. Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/02/Manual_de_Gestao_de_Memoria.pdf. Acesso em: 9 jul. 2021.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. Memorial. *In*: CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

DANTAS, Rafael Jesus da Silva. O que é que a baiana tem? O memorial das baianas do acarajé de Salvador/BA e a “batalha” das memórias. *In*: Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes E Práticas Científicas, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400475992_ARQUIVO ArtigoMemorialdoAcaraje.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.

DODEBEI, Vera. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, abr. 2011. Disponível em <https://bit.ly/3wKGptg>. Acesso em: 21 mar. 2020.

DUARTE, Zeny. **Arranjo e descrição do espólio de Godofredo Filho**: estudo arquivístico e catálogo informatizado. Orientador: Elizabeth de Andrade Lima Hazin. 2000. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11149>. Acesso em: 12 mar. 2020.

DUARTE, Zeny. Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional. **Revista da Faculdade de Letras**: Ciências e Técnicas do Patrimônio, Porto, I Série, v. 5-6, p. 141-151, 2006-2007. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6624.pdf>. Acesso em: 23 maio 2021.

DUARTE, Zeny; et al. **O arquivo pessoal de Godofredo Filho na ótica digital**: composição da memória através do conjunto documental. Salvador: ICI, 2019. *E-book*. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30697>. Acesso em: 11 abr. 2021.

DUARTE, Zeny; FERREIRA, Sonia Maria; OLIVEIRA, Joseane. A fotografia no arquivo, na biblioteca e no museu: similitude e diversidade de saberes. *In*: DUARTE, Zeny (org.). **Arquivos, Bibliotecas e Museus**: Realidades de Portugal e Brasil. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 301-319.

ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVISTA DAS IFES (ENARQUIFES). **Resolução de Goiânia**: VI Encontro Nacional de Arquivistas das IFES. Goiânia, UFG, 2019. Disponível em: <http://arquifes.blogspot.com/p/resolucoes.html>. Acesso em: 2 maio 2021.

FARTES, Vera Lúcia Bueno; MOREIRA, Virlene Cardoso (org.). **Cem anos de educação profissional no Brasil**: história e memória do Instituto Federal da Bahia: (1909-2009). Salvador: EDUFBA, 2009. 194 p. ISBN 978-85-232-0678-9.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRIMALDI, Stphanie Sá Leitão et al. O patrimônio digital e as memórias líquidas no espetáculo do instagram. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 24, p. 51-77, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/q5jtt6BT3CZbmpxLZmrLNrK/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2022.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo; ISSBERNER, Gina Esther. O memorial de imigração polonesa em Curitiba: dinâmicas culturais e interesses políticos no âmbito memorialista. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. I.], v. 25, n. 1, p. 427-455, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/139686>. Acesso em: 4 set. 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Cadastro Nacional de Museus. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cadastro-nacional-de-museus>. Acesso em: 27 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Caminhos da memória**: para fazer uma exposição. Brasília, DF, 2017. 88 p. ISBN 978-85-63078-55-1. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Caminhos-da-Mem%C3%B3ria-Para-fazer-uma-exposi%C3%A7%C3%A3o1.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2022.

KUNZLER, Caroline de Moraes. A teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n. 16, 2004. Disponível em: <https://doaj.org/article/e8ff92c668c7423cbb5b43916f4e6dc7>. Acesso em: 8 jul. 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas: UNICAMP, 2013.

LESSA, José Silva. **CEFET-Ba - Uma resenha histórica**: da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológico. Salvador: [s. n.], 2002.

LIMA, Marcos Galindo; MIRANDA, Májory Karoline Fernandes de Oliveira; BORBA, Vildeane da Rocha. A memória e os sistemas memoriais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: ENANCIB, 2011. p. 3328-3339. Disponível em: file:///C:/Users/NP270/Downloads/anais_xii_enancib.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.

LUHMANN, Niklas. **A improbabilidade da comunicação**. Lisboa: Vega, 2006.

MATOS, Gregório de. **Poemas escolhidos**. São Paulo: Cultrix, 1990.

MARTINS, Dalton Lopes; SILVA, Marcel Ferrante; CARMO, Danielle do. Acervos em rede: perspectivas para as instituições culturais em tempos de cultura digital. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 194-216, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/72951/0>. Acesso em: 2 fev. 2022.

MEMORIAL JK. Memorial Juscelino Kubitschek. [S. l.], 2022. Disponível em: <http://www.memorialjk.com.br/pt/>. Acesso em: 19 nov.2020.

NEVES, Barbara Coelho; PADILHA, Maria Célia Nery. A gestão da informação como proposta de inclusão em uma biblioteca especializada. **TransInformação**, Campinas, v. 24, p. 39-46, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/Ly9nwK7rhHtKybdXyJb39dQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 out. 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

PAZIN, Marcia Cristina de Carvalho. A importância dos centros de memória para as instituições e para a sociedade. **Itaú Cultural**. [S. l.], 18 ago. 2015. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/a-importancia-dos-centros-de-memoria-para-as-instituicoes-e-para-a-sociedade>. Acesso em: 3 mar. 2021.

PAZIN-VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho. Centros de memória como estratégia de preservação e acesso à informação retrospectiva. **Revista do Arquivo**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 87-102, out. 2019. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/09/index.php. Acesso em: 3 maio 2021.

RAMOS, Luciene Borges. **O centro cultural como equipamento disseminador de informação**: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto. 2007. 243 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Escola de Ciência da Informação, Universidade federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VALA-74QJRP/1/mestrado___luciene_borges_ramos.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

RIBEIRO, Fernanda. Memória, Informação e Ciência da Informação. *In*: OLIVEIRA, Eliete B.; RODRIGUES, Georgete M. (Org.). **Memória**: interfaces no campo da informação. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

RIBEIRO, Gerlaine Marinotte; CHAGAS, Ricardo de Lima; PINTO, Sabrina Lino. O renascimento cultural a partir da imprensa: o livro e sua nova dimensão no contexto social do século XV. **Akropolis**, Umarama, v. 15, n. 1-2, p. 29-36, 2007. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/viewFile/1413/1236>. Acesso em: 15 jun. 2021.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

ROCHA, Aline dos Santos. **Adaptação do edifício do antigo Colégio Marista à sede da Reitoria do IFBA**. 2013. 143 f. Dissertação (Mestrado em Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos.) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/21142>. Acesso em: 23 jan. 2022.

ROCHA, Aline dos Santos. Histórico do Edifício-sede da Reitoria do IFBA e seu contexto Parte II. In: Oliveira, José Roberto; RAMOS, Tassila Oliveira; FARTES, Vera Lúcia Bueno. **Memórias, Educação e Produção do Conhecimento no Instituto Federal da Bahia**. Salvador: Edifba, 2017. p. 163-179.

RUEDA, Valéria Matias da Silva; FREITAS, Aline de; VALLS, Valéria Martins. Memória Institucional uma revisão de literatura. **CRB – 8 Digital**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 78–89, abr. 2011.

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA. Bibliotecas. **Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas**. [S. l.], [2021?]. Disponível em: <http://bibliotecas.cultura.gov.br/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. Unidade 2 – A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

SOUZA, Rosale de Mattos. Instituições de custódia e disseminação de documentos arquivísticos diante das tecnologias da informação e comunicação: centros de memória, centros de documentação e arquivos... In: ARQUIVO, DOCUMENTO E INFORMAÇÃO EM CENÁRIOS HÍBRIDOS: anais do Simpósio Internacional de Arquivos, 8., 2021, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Eventus, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/simposiointernacionaldearquivos/295804INSTITUICOES-DE-CUSTODIA-E-DISSEMINACAO-DE-DOCUMENTOS-ARQUIVISTICOS-DIANTE-DAS-TECNOLOGIAS-DA-INFORMACAO-E-COMUNI>. Acesso em: 15 jun. 2021.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Proximidades conceituais entre arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 27-36, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/14291>. Acesso em: 18 abr. 2019.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: UFPB, 2013.

TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão; ABREU, Marilene Lobo; VARELA, Aida Varela. Introdução. In: TOUTAIN, Lídia M. B. B.; (Coord.). **Reitores da UFBA: de Edgard Santos a Naomar de Almeida Filho**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 11-13. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/5294>. Acesso em: 21 mar. 2020.

WILLIAMS, Paul. **Memorial Museums: The Global Rush to Commemorate Atrocities**. Oxford, UK: Berg, 2007.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Editora Bookmam, 2001.

APÊNDICE – ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO MEMORIAL DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA (IFBA)

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	SIM	NÃO	Quais?	DESCRIÇÃO
Espaço físico/Estrutura física	x		1 sala de aproximadamente 54 m ² para tratamento técnico, armazenamento e consulta do acervo; 1 reserva técnica de aproximadamente 54 m ² ; 1 Galeria de fotos (exposição longa duração)	Há espaço físico, mas precisa de adequações. Sala de tratamento técnico e armazenamento juntas e também junto com sala de consulta. A reserva técnica não possui mobiliário adequado para armazenamento e acondicionamento. Os espaços não possuem controle de temperatura e umidade, identificamos presença de mofos em paredes na área de armazenamento dos documentos.
Corpo Funcional	x		1 arquivista	O corpo funcional é composto por 1 arquivista e eventualmente tem estagiários.
Organização administrativa	x		Regimento Interno aprovado pelo CONSUP em 27/06/2013; Portaria nº 2.190 de agosto de 2017.	Há organização administrativa, o Memorial é subordinado ao Gabinete da Reitoria, mas pela falta de corpo funcional as atividades internas não têm organização administrativa.
Dotação Orçamentária		x		Não possui dotação orçamentária independente, depende da dotação orçamentária da unidade Gabinete da Reitoria e alguns projetos são desenvolvidos com recursos de Editais de Extensão.
Regulamentos	x		Formulário de consulta; Termo de responsabilidade quanto aos direitos autorais do material consultado; Cessão de direito e uso da imagem; Formulário de cessão e doação de documentos.	Há regulamentos como formulário de consulta aos documentos, termo de responsabilidade de direitos autorais e cessão de uso da imagem, bem como formulário de cessão e doação de documentos.
Documentos	x		Livros de atas, portarias, programas de curso, estatutos, regimentos, livros de matrícula, jornais, boletins, revistas, livros, fitas VHS de eventos, DVDs com depoimentos, fotografias, efemérides, publicações de servidores e do IFBA, objetos como placas de homenagem, troféus, prêmios e equipamentos educacionais	Caracterizado por documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos e de diversos gêneros documentais e suportes.
Usuários	x		Público interno (técnicos administrativos, docentes e discentes) e público externo (egressos)	O usuário em sua grande maioria são usuários internos, como por exemplo, o setor de comunicação para produzir material institucional, docentes e discentes para pesquisa acadêmica. O público externo caracteriza por egressos em busca de algum registro de prova.
Ações difusão - Publicações	x		Livro: “ <i>Cefet-Ba - Uma resenha histórica: da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológica</i> ”;	Desde as primeiras iniciativas isoladas de criação do Memorial até as iniciativas institucionais foram marcadas pela presença de publicações.

			<p>Livro: <i>Cem anos de educação profissional no Brasil - História e memória do Instituto Federal da Bahia: 1909-2009</i>;</p> <p>Livro: <i>Memórias, Educação e Produção do Conhecimento no Instituto Federal da Bahia</i>.</p>	
Ações difusão – Seminários, Fórum, Palestras	x		4º Arquiifes Norte e Nordeste — Fórum Regional de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), 2017.	Não são frequentes devido exigir recursos e infraestrutura que ainda o Memorial do IFBA não possui.
Ações difusão - Exposições	x		<p>Exposição temporária “A fotografia como suporte à memória” na Reitoria do IFBA, 2015;</p> <p>Exposição itinerante A fotografia como suporte à memória em diversos <i>campus</i> do IFBA, 2016-2018;</p> <p>Exposição temporária “Esportes no IFBA: dos arquivos para a história”, 2017;</p> <p>Exposição de longa duração “Galeria de Dirigentes, 2018;</p> <p>Exposição temporária dos Uniformes em comemoração aos 110 anos da Rede Federal Educação Profissional e Tecnológica, 2019</p>	São as mais frequentes ações de difusão no Memorial, após pesquisa e tratamento técnico de determinada coleção são organizadas as exposições. Sua grande maioria são exposições temporárias, mas com projetos elaborados para exposição de longa duração, porém sem recursos para execução.
Ações difusão – Visitas técnicas	x		<p>Visita Técnica disciplina curso Arquivologia da UFBA;</p> <p>Visita Técnica Discentes Curso Superior em Eventos do IFBA – Campus Salvador;</p> <p>Visita Técnica de Docentes da UFBA e IFBA para implantação de Memorial.</p>	Considera-se as visitas recebidas pelo Memorial como visitas técnicas, pois todas tiveram caráter de informações técnicas a respeito do Memorial e dos serviços.
Ações difusão – Visitas guiadas		x		Ainda não houve visitas guiadas para atendimento ao público interno e externo.
Ações difusão – Plataforma de acesso	x		<p>Banco de dados em excel;</p> <p>Plataforma Tainacan (em implantação).</p>	Há somente banco de dados que contém a relação de mais de 3550 itens do acervo, disponível para consultas <i>in loco</i> . Encontra-se em processo de implantação a plataforma Tainacan para gestão, acesso e difusão dos documentos.